

## **XII CONGRESSO DA ASCEMA NACIONAL 2023**

### **1 - Abertura do congresso**

No dia 16 de maio, às 19h no auditório do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima, deu-se início à cerimônia de abertura do XII Congresso da ASCEMA Nacional.

Compunham a mesa Denis Rivas (presidente da associação), Rodrigo Agostinho (presidente do Ibama), Marcelo Marcelino (atual presidente do ICMBio), Mauro Pires (presidente escolhido para o ICMBio) e a ministra do meio ambiente Marina Silva.

Após cumprimentar e agradecer os presentes pelo trabalho que vem sendo realizado, a ministra iniciou seu discurso mencionando o ataque que aconteceu à base do Ibama em Palamíu, e assegurou que já falou com autoridades sobre a importância de que os servidores se sintam seguros para realizar seu trabalho.

A seguir falou sobre o cenário atual, de retomada das políticas públicas para o meio ambiente que já se iniciaram na equipe de transição do governo. Foram mencionadas ações como a criação da Secretaria Extraordinária de Combate ao Desmatamento, a criação de autoridade para a questão da mudança do clima e a necessidade de devolver o SFB (Serviço Florestal Brasileiro) ao MMA.

A ministra também ressaltou o fato de que hoje presidentes dos órgãos são servidores 'da casa' e qualificados para exercer suas funções, agradeceu a resistência dos servidores durante os

últimos anos, e finalizou com a notícia positiva de que derrubaram todos os jabutis que prejudicavam a proteção da Mata Atlântica.

O próximo a ter a palavra foi o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho. Após os cumprimentos, iniciou anunciando os níveis de desmatamento altíssimos e que o órgão se encontra com o quadro de funcionários deficitário em todas as áreas. Anunciou que há perspectiva de que haja um concurso, em breve, já existindo, inclusive, portaria instituindo a equipe que irá trabalhar no concurso. Também anunciou o aumento de multas, apreensões e destruição de equipamentos utilizados em atividades ilegais pelo órgão, sinais de que o Ibama 'está de volta' em seu papel de fiscalizar e proteger o meio ambiente. Por fim, anunciou que trabalha junto à ministra para criar os melhores quadros possíveis para a nomeação dos próximos superintendentes.

Marcelo Marcelino, presidente interino do ICMBio, veio a seguir. Após os agradecimentos, falou sobre a situação de grande sucateamento encontrada quando assumiu o órgão. Reforçou as falas anteriores de que o momento é de reconstrução, e passou a palavra para Mauro Pires, o futuro presidente do órgão.

Mauro iniciou agradecendo o trabalho dos servidores, e disse estar motivado e ciente das responsabilidades do cargo. Agradeceu a prontidão dos servidores durante o momento de transição de governo e anunciou que já foi assinada a

portaria que institui a criação de um GT para a mesa setorial (pedido feito pela associação em sua primeira reunião com a ministra). Encerrou mencionando o concurso já aprovado para o MMA com 98 vagas para analistas ambientais.

Estavam previstas as participações da deputada Érica Kokay e do representante da Condsef, que não puderam comparecer. Atendendo a pedido, passou-se a palavra para João D'aldegan, presidente do sindicato dos peritos federais agrários do Incra, entidade parceira da Ascema. João falou da importância de eventos como esse para que sejam discutidas melhorias e direcionamentos para a categoria e trouxe à mesa a proposta da criação de um GT para discutir a unificação dos cadastros de diversos órgãos de forma a permitir uma discussão integrada do planejamento territorial nacional.

Por fim, Denis Rivas, presidente da associação, assumiu a palavra. Ele agradeceu a presença de todos e o convite feito pela ministra para a participação na equipe de transição. Em seu discurso falou da importância da preservação do meio ambiente e das populações tradicionais. Apontou para a necessidade de apoiar gestores das UCs lotados em áreas remotas em todos os biomas, da importância da educação ambiental e de todas as outras áreas que existem nos órgãos para além da fiscalização. A seguir agradeceu todos que tiveram coragem de denunciar os desmontes dos últimos anos e também aos membros da diretoria da Ascema. Finalizou lembrando que as gerações atuais e futuras têm o direito ao meio ambiente equilibrado como consta na Constituição Federal.

Encerrou-se a cerimônia com a leitura do poema “A Sobrevivência do Homem” por seu autor Giovane Brito, servidor do ICMBio.<sup>1</sup>

## **2 - Reabertura e boas vindas**

No dia seguinte, 17 de maio de 2023, Denis abriu a mesa e chamou os presentes da diretoria atual - Tânia Maria e Ariana Arimura.

Iniciou-se falando sobre o desafio que será modernizar os órgãos que estão com déficit de cerca de 50% de pessoal, e sobre como o momento é de rever objetivos e reconstruir.

Em seguida, foram mencionados os últimos anos de resistência e a necessidade de manter firmes as entidades e resgatar entidades locais - atualmente, há somente 16 estados participando.

Também falou-se sobre a criação de um GT para discutir a atualização da carreira e outros pontos de luta como o teto fiscal e a reforma administrativa.

Por fim, todos os delegados presentes<sup>2</sup> se apresentaram e começaram as atividades do dia.

## **3 - Discussão e aprovação do Regimento Interno**

A seguir realizou-se a leitura do regimento interno com espaço para destaques e observações. Após as devidas correções o documento foi lido e aprovado por unanimidade.

---

<sup>1</sup> Assista a cerimônia na íntegra em: <https://www.youtube.com/live/E87QSnoPACo?feature=share>

<sup>2</sup> Lista de Presença em anexo

também foi aprovada a programação do congresso por unanimidade<sup>3</sup>.

#### **4 - Análise de Conjuntura: cenários e perspectivas para a luta socioambiental. Com Maurício Guetta (ISA), 'Binho' Zavaski (ICMBio) e Tânia Maria (MMA)**

Tânia abriu a mesa apresentando todos e iniciou-se a apresentação.

Primeiro foi lembrada a Maré Socioambiental, movimento amplo para frear os desmontes socioambientais nos últimos anos. Falou-se sobre como os servidores do meio ambiente foram tratados como inimigos durante o último governo, o revogação de Salles, e tantos outros ataques à área ambiental sofridos nesses anos. Também afirmou-se que, não fosse a resistência dos servidores, não restaria nada para esse momento de reconstrução.

Falou-se no trabalho da Ascema na MP 1154/23, dos problemas do cadastro ambiental rural e de movimentos para tirar as políticas de águas do MMA. Houve uma pequena vitória, da retirada dos jabutis da MP 1150 que prejudicavam a Mata Atlântica mas segue-se com uma Câmara e Senado desfavoráveis. Já há acenos à área como a retomada do Fundo Amazônia, mas há muito o que ser feito.

Entre as próximas lutas citou-se o PL 7/2022 que trata da destinação de áreas de florestas públicas, o PL do veneno que está travado mas há projeto para exportar agrotóxicos, a PEC 13/2022 que trata da carreira típica de estado, os PLs da grilagem, do (fim) do Licenciamento

Ambiental e do autocontrole da fiscalização do agronegócio. Afirmou-se que é preciso entidades de base fortalecidas para lutar pelas pautas e para serem carreiras de estado.

Foi frisado que a parceria junto ao ISA (Instituto Socioambiental) foi essencial para a resistência e que houve um aumento da importância da pauta ambiental. Infelizmente houve aumento do crime organizado na Amazônia, mas há indícios de que a pauta é uma das prioridades do governo que desde o dia 1º de janeiro avança na área. Houve a retomada do Conama, a inclusão da Mudança do Clima no nome do ministério e diversas vitórias que decorrem de ações ajuizadas no Supremo anteriormente.

A ação 1760 PPCDAm volta à pauta nos próximos meses e necessita do fortalecimento institucional dos órgãos para sua aplicação. Outra pauta a ser retomada é a regulamentação da cadeia do ouro.

Lembrou-se que haverá resistência de setores do governo e isso será um grande desafio, pois os ambientalistas são minoria no Senado e na Câmara e há grande força da bancada ruralista, articulada com outras como a bancada da Bíblia e da mineração. Alertou-se também para o fato de que praticamente toda a bancada do norte é anti ambientalista. Há cenário positivo para a economia socioambiental no âmbito do legislativo, mas é apenas isso.

Prevê-se que os retrocessos vão repercutir internacionalmente e que a associação possui legitimidade para fazer colocações sobre a área, devendo utilizar esse local de fala.

---

<sup>3</sup> Ambos os documentos se encontram em anexo

Por fim, encerrou-se falando da importância da união com outros setores aliados na luta. Nos últimos anos aprenderam a trabalhar juntos e é preciso uma gestão ambiental capilarizada para que outros setores entendam o trabalho que é feito. É preciso retomar conselhos, conferências e que haja mecanismos de participação e controle social. Foi deixado o questionamento: como interagir com outros órgãos e associações?

A seguir foi aberto espaço para perguntas e debate sobre o tema da apresentação. Foi consenso entre os presentes os graves desmontes e precarizações sofridos durante o último governo que afetaram não somente os servidores mas a população como um todo, em especial povos originários.

A preservação do meio ambiente é uma pauta central hoje e os servidores se encontram no centro de uma disputa ideológica cujo resultado é fundamental. Foi lembrado de que ainda há anti ambientalistas em diversas posições de chefia nos órgãos e é essencial seguir pressionando o governo para que haja melhorias.

Outros pontos mencionados foram a necessidade de realizar trabalhos nas bases dos estados, de valorizar outras categorias que somam-se na luta (aqui lembrou-se novamente da Maré Socioambiental como exemplo de movimento amplo em defesa do meio ambiente), de incluir o PECMA no regimento interno e de que órgãos desenvolvimentistas compreendam e valorizem o trabalho realizado pela área ambiental.

Respondendo sobre a questão de anti ambientalistas nas superintendências

apontou-se que se não houver uma publicização do problema não haverá êxito. É preciso ter outros atores sociais falando sobre, articular com outros entes políticos, identificar prioridades de pautas e buscar aliados em outros setores.

Foi informado que há canais para fazer as denúncias chegarem. E também colocou-se a questão da grilagem como um dos novos desafios a serem enfrentados.

## **5 - Análise de Conjuntura: desafios e perspectivas para o funcionalismo federal. Com Denis Rivas, Edson Cardone, Maria Lúcia Fatorelli e Vladimir Nepomuceno<sup>4</sup>**

### **5.1 - O cenário atual do funcionalismo federal**

Abriu-se a mesa já mencionando a preocupação em relação à PEC 32 e também anunciando a realização de um congresso da CONDSEF, convidando todos os membros e suas respectivas entidades estaduais a participarem e contribuírem para o estabelecimento das diretrizes dos planos de carreira.

A seguir, falou-se que embora tenha se avançado de uma posição defensiva, os servidores do meio ambiente ainda enfrentam um desafio significativo representado pelo bolsonarismo, que se mantém vivo e se torna uma barreira imensa dentro do Congresso Nacional.

Por fim, foi dito que será preciso empregar os meios de luta disponíveis, como manifestações, greves e mobilizações. Falou sobre como o arcabouço fiscal representa uma política de austeridade

---

<sup>4</sup> Apresentações disponíveis em anexo

que continua prejudicando o setor público e reforçou que além da batalha pela nomeação de novos servidores, também é preciso lutar pela remoção de anti ambientalistas que permanecem em cargos de chefia. Afirmou que somente através da mobilização dos trabalhadores pode-se impedir a aprovação de agendas prejudiciais ao meio ambiente.

## **5.2 - Auditoria Cidadã da Dívida - Apresentação Análise de Conjuntura com foco nas Finanças Públicas.**

Foi apresentado o sistema da dívida, que exerce grande poder, absorvendo a maior parte dos recursos e influenciando diversas políticas econômicas do país, como o teto de gastos, privatizações, contrarreformas e a manutenção de juros altos.

Foi ressaltado que, diferentemente do que ocorre no Japão, onde a dívida pública é realizada para investimentos, no Brasil os altos juros pagos e o acúmulo de trilhões em dívidas não estão sendo utilizados para esse fim. O Tribunal de Contas da União (TCU) chegou a confirmar que a dívida interna federal não tem sido direcionada para investimentos no país, conforme apontado em CPI realizada em 2009.

Conforme o arcabouço atual, é estipulado que apenas a receita proveniente de tributações pode ser destinada aos setores como saúde, educação e órgãos públicos. Todo o restante dos recursos deve ser direcionado exclusivamente para a amortização da dívida pública.

## **5.3 - Desafios e perspectivas para o funcionalismo federal**

A apresentação iniciou-se demonstrando o desafio de buscar a recuperação do poder de compra dos funcionários públicos. Foi constatada uma perda significativa de 36,28% no poder de compra, sendo que 26,94% desse montante ocorreu durante o último governo. A reposição salarial, que está prevista para iniciar em maio, contemplará um aumento de 9%.

Durante o último governo, foram implementadas medidas para a redução da estrutura governamental, cortes de custos operacionais e de investimentos, fechamento de unidades e venda de prédios públicos. A pandemia acelerou o processo de digitalização, mas também contribuiu para o desmonte. Também teve início o processo de privatização ou extinção dos regimes próprios de previdência social (RPPS).

A reforma da previdência causou um pico no número das aposentadorias, o que agravou a crise de falta de funcionários e o esvaziamento do serviço público. Além disso, foi ressaltado o enfraquecimento das entidades sindicais, enfatizando a importância de buscar a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da negociação coletiva no serviço público.

Durante as discussões, foram destacadas a criação da Mesa Nacional de Negociação Permanente e a necessidade de retirar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32, que trata da reforma administrativa. Também foi mencionado o desafio de lidar com um Congresso Nacional considerado o mais atrasado e conservador desde a proclamação da república. A presença de bancadas conservadoras, representando interesses do agronegócio, empresariais,

evangélicos e de segurança pública, foi apontada como um obstáculo para avanços significativos. Também é preciso atenção às Medidas Provisórias dos combustíveis, do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e da Esplanada.

Em conclusão, ressaltou-se a importância da organização dos servidores na defesa do serviço público. Foi destacado que, mesmo com apenas 30% de representação progressista, foi possível aprovar a Constituição Federal em 1988, evidenciando a relevância da mobilização e da união dos servidores e setores progressistas.

As perguntas e debates foram iniciados mencionando a PEC que solicita que os órgãos se tornem típicos de estado, ressaltando que essa questão depende inteiramente do legislativo e deixando a dúvida de como transmitir essa informação para as bases sem criar expectativas descoladas da realidade.

A seguir questionou-se sobre setores que têm interesse em produzir para o mercado interno, apontando a contradição em relação à política de juros. Frisou-se que a disputa eleitoral ainda não está ganha e propôs estabelecer canais de diálogo com a sociedade para educar sobre o trabalho realizado pelos órgãos.

Respondeu-se que parte do setor industrial se tornou rentista, desistindo do setor interno, mas afirmou que a classe que continua investindo na economia real está ao lado deles. Foi mencionada a questão da dívida ecológica e a exploração do sul global por corporações dos países do norte. Também foi abordado o conceito de terrorismo

ambiental e a importância do direito da natureza, que já consta na constituição do Equador. Por fim foi anunciado o lançamento de uma cartilha sobre a auditoria da dívida pública.

Agradeceu-se a menção à mesa de negociação permanente na apresentação, destacando sua importância para as conquistas da categoria. Alertou-se sobre as cinco CPIs em andamento, incluindo uma focada em ONGs ambientalistas, do retrocesso que é ter Ricardo Salles nas CPIs do MST e dos povos indígenas.

Foram ressaltadas vitórias, como a criação da carreira e do ICMBio, e explicou a simplicidade da convenção 151 da OIT. Destacou-se a diferença entre carreiras típicas e exclusivas do estado e ressaltou-se a instabilidade política das eleições. Também foi alertado sobre o uso das CPIs como cortina de fumaça e a falta de progresso legislativo, lembrando que após a metade do mandato é provável que essas situações se intensifiquem. Por fim, houve posicionamento contra a PEC 32, ressaltando que grande parte da população não sabe do que se trata apontando como remédios o diálogo, a ocupação dos espaços políticos e o apoio ao povo.

## **6 - Informes dos estados**

No segundo dia do Congresso, iniciou-se a leitura dos informes dos estados. Estavam presentes 7 delegados natos sendo 6 da Ascema Nacional e 1 conselheiro fiscal, 52 delegados eleitos e 1 ouvinte.

**AC:** o Ibama possui 48 servidores e o ICMBio 22, mas o engajamento na associação é baixo. Praticamente não há órgãos ambientais funcionando e a região

enfrenta desmatamento e grilagem. Quase não há mais ONGs ativas, com apenas uma em funcionamento. A mensalidade é baixa, com poucos associados, mas contribuem com 10% do repasse para a Nacional. Querem realizar uma campanha de arrecadação para apoiar mais a nível nacional e alterar o estatuto para incluir Rondônia. Se uniram com o sindicato contra a PEC 32, o que contribuiu muito para a luta local.

**AM:** há enorme desmobilização porque os servidores alocados não permanecem, além de dificuldades logísticas devido às características do estado. Os infratores chegam, mas nós não conseguimos alcançá-los. Há poucos servidores e ainda menos associados, sendo que alguns destes deixaram o estado, mas seguem associados para prestar apoio.

**RN:** havia 172 servidores, agora restam 47, sendo a maioria mais velha. Há uma demanda enorme e crescente de serviços para setores com pouquíssimo pessoal. Os analistas estão sobrecarregados, e os técnicos, que mal entraram, já estão sobrecarregados realizando, inclusive, funções de analistas. A chefia não possui conhecimento técnico nem operacional e a qualificação dos gestores deveria ser pré-requisito para ocupar o cargo. Há 17 servidores associados sendo que 4 não pagam mensalidade por falta de condições. A reposição salarial também é uma prioridade.

**CE:** No Ceará, existem 80 servidores, sendo 40 analistas e 28 administrativos e técnicos, além de terceirizados. Ocorreu assembleia para a votação da diretoria da ASIBAMA-CE no dia 3 de abril, com a participação de 32 servidores. Há esforços para atrair mais jovens e tentativas de trazer delegados mais

jovens, pois estão preocupados com o futuro da associação. O Ibama voltou a funcionar.

**DF:** São 2.700 associados, incluindo os do PECMA. A entidade tem estatuto aberto devido a questões jurídicas. Entretanto, desde 2019, associados da ASIBAMA-DF que foram para outros estados podem retornar, e servidores da CEMA e do PECMA de estados sem associações próprias também podem entrar. A diretoria está esvaziada, e neste ano, haverá eleições em junho.

**DF (MMA):** Na assembleia de 4 de abril, foram eleitos três delegados para hoje. Houve um intenso desmonte, agendas extintas agora estão sendo reconstruídas, com uma gestão mais participativa. Estão discutindo critérios para os cargos de dirigentes, ainda havendo anti ambientalistas ocupando posições de chefia. Pretendem recompor o comitê de ética do MMA. Há expectativa de receber servidores da FUNASA, e há um novo concurso vindo. Foram discutidos também a mesa setorial, o aviso ministerial 52, e a urgência da criação de um GT para tratar da estrutura e questões diárias do ministério, pois não há critérios claros para o PGD (Plano de Gestão de Desempenho) e ainda há situações de assédio.

**ES:** Conseguiram alcançar sustentabilidade financeira através da busca por um espaço de coworking e buscaram convênios, como o SESC, para atrair servidores. Apesar disso, há dificuldades de engajamento e formação de diretoria, sendo que o último governo agravou a situação, levando muitos servidores a saírem no pior momento. Servidores do ICMBio que estão no interior participam pouco, mas estão

presentes. Contam com um bom superintendente e eles desejam mantê-lo. Enfrentaram momentos de assédio moral, e diversos PADs, sendo que alguns destes seguem pendentes. Aproximaram-se do sindicato como estratégia de fortalecimento.

**GO:** lutam para manter o atual superintendente e o clima já mudou completamente. Buscam melhorias para os técnicos, extremamente qualificados e que seguem com salários defasados. O ICMBio possui 49 servidores e mais agentes temporários do que servidores efetivos. O Goiás é um estado ruralista e a Secretaria de Gestão do Meio Ambiente é muito favorável aos produtores. Desenvolveram um sistema de autolicenciamento online que não é fiscalizado. As taxas de desmatamento aumentaram consideravelmente no Parque da Chapada, e há pressão de infratores ambientais.

**MG:** as unidades estão sem estrutura e esvaziadas. Possuem um bom relacionamento entre o IBAMA, ICMBio e sindicatos. São 230 associados à Asibama-MG. Na assembleia, decidiram pela manutenção do aviso ministerial 52 e têm como pauta a carreira típica de estado. Existem 97 servidores ativos com uma alta demanda para poucos servidores. Há 2.000 processos para o Núcleo de Qualidade Ambiental com apenas dois servidores. Também há a necessidade de reforma predial.

**PA:** servidores do IBAMA, ICMBio e Serviço Florestal são associados. Houve redução na quantidade de servidores e aumento na carga de trabalho. Alex, ex-diretor da Ascema Nacional, tornou-se superintendente substituto e a base deseja que ele se torne efetivo. Há

apenas um servidor para cada quatro unidades. O presidente da ASIBAMA local assumiu a presidência do IBAMA da região. Não há problema de falta de associados, com 500 no total, e possuem um plano de saúde de qualidade. Houve muitas aposentadorias e óbitos durante a pandemia. As mulheres estão à frente da diretoria, que também conta com técnicos do último concurso. Desejam incentivar a participação massiva dos novos servidores.

**PB:** houve redução no número de servidores, especialmente no Ibama, e aumento de temporários e terceirizados. Hoje, são 61 associados com uma anuidade baixa. Há dificuldade de interação com o Ibama, pois a diretoria é composta totalmente por membros do ICMBio. As atividades da Asibama PB incluem plantões e são resultado da ação do terço de férias. Alguns associados têm "dupla nacionalidade", sendo membros de mais de uma associação. O teletrabalho dificultou a mobilização mas possuem uma boa relação com o sindicato que, atualmente por meio de parceria, estão usando a sede em Cabedelo. O Comitê Popular de Lutas aproximou a Asibama de movimentos sociais e da FUNAI.

**PE:** São 84 associados, sendo a maioria aposentados, e há pouca participação. Possuem uma boa relação com o sindicato, que apoiou a participação no congresso. A relação entre técnicos e analistas é tranquila, mas a estrutura física do Ibama está precária. Há acúmulo de trabalho na parte administrativa. O antigo superintendente trabalhava apenas meio período, o que resultou no desmonte. Atualmente, possuem apenas 13 servidores, sendo que antes havia 150 e cerca de um terço está em idade de se aposentar.



**SC:** existem 100 servidores do IBAMA e do ICMBio em Santa Catarina. A região é conhecida por ser um importante ponto pesqueiro no Brasil, e o IBAMA emite muitas licenças para empreendimentos na área. A associação conta com cerca de 50 a 60 filiados e o plano de trabalho inclui uma gestão ampla, com o presidente sendo um técnico administrativo, e a diretoria sendo composta por 50% de membros do ICMBio, que geralmente estão dispersos. Foi estabelecido um planejamento estratégico e conseguiram sanar dívidas, resultando em um excedente de caixa para auxiliar na luta. Um ponto chave é a disputa por uma nova hegemonia na sociedade catarinense. A associação apoiou um candidato de esquerda que consideraram viável, o que gerou uma disputa ideológica no estado. Também criaram o Fórum das Associações do SISNAMA. Contrataram uma assessoria de comunicação para divulgar o trabalho, mas ainda precisam de mais pessoal e novas vagas.

**RJ:** no Rio, há 28 servidores na Ditecsendo 8 com abono permanência. Duas servidoras foram removidas da DIAF. A comunicação e o diálogo com a sociedade são prioridades, assim como encontrar estratégias para lidar com um congresso hostil. Enfrentaram um superintendente almirante que trouxe perseguição, assédio e alta mortalidade de animais no CETAS. Estão buscando formas de engajar novos associados, mas o teletrabalho desmobiliza o movimento.

**RS:** A Asibama/RS terá nova gestão em maio, com pouca diferença em relação à anterior, mas avançaram na participação do ICMBio, com dois diretores do órgão. Enfrentam dificuldades para trazer servidores do ICMBio devido a questões

geográficas. A primeira pauta comum é a emenda da reforma administrativa, e a associação tem uma assessoria jurídica em comum com o sindicato. Também estão envolvidos na defesa do bioma Pampa, por meio da coalizão pelo Pampa, que reúne 40 organizações estando na Assembleia Legislativa com essa pauta. A superintendência é vista de forma positiva, e torcem pela sua efetivação. Há um conselho gestor com participação da associação para trazer as dificuldades das unidades e construir um plano de gestão.

**SP:** há um grande número de aposentadorias, resultando em um esvaziamento. A participação da associação foi dificultada pelo governo anterior, chegando ao ponto em que o superintendente proibiu encontros online durante a pandemia. Em contrapartida houve parcerias com o sindicato, órgãos locais e com a sociedade civil, também houve uma parceria proveitosa com a Asibama/GO. Além disso, os terceirizados foram transformados em temporários. Destacou-se a importância de apoiar melhores condições para os temporários, que atuam como servidores públicos da União, mas são precarizados e sem direitos.

**TO:** em Tocantins, houve alteração no estatuto para permitir assembleias híbridas devido à distância entre os associados. Durante o governo anterior houve desvio de função, com muitas responsabilidades adicionais para servidores de nível técnico. A diretoria é composta por muitos servidores novos, o que resultou em grande engajamento.

## **6 - Apresentação do conselho fiscal: prestação de contas 2021-2023**

Iniciou-se informando que os documentos financeiros da associação estão disponíveis para acesso na administração. Houve uma diferença positiva de R\$ 3.000,00 em dois meses, cuja origem ainda será verificada, mas é provável que venha de uma aplicação automática.

Lembrou-se que no último congresso, discutiu-se a melhoria financeira e a igualdade de contribuições entre as associações, mas devido à questões políticas esses objetivos acabaram ficando em segundo plano. Foi ressaltada a importância de que haja recursos sólidos para o trabalho das entidades, lembrando que há despesas fixas como secretária, assessoria jurídica (que foi muito acionada durante os últimos anos), além de assessorias parlamentares e de comunicação.

Informou-se o contrato com a Acesso Livre, assessoria de comunicação e a Pulso, assessoria parlamentar, essa última com o contrato a ser avaliado para renovação pois infelizmente estoura o orçamento. Discutiu-se a possibilidade de dividir os custos da assessoria entre todos.

Devido ao esvaziamento do conselho, um documento formal não pôde ser apresentado, mas foi acordado que ele seria elaborado e apresentado no dia seguinte.

## **7 - Informes jurídicos**

A assessoria jurídica já possui anos de experiência junto à associação e também oferece suporte às entidades menores que não possuem. O relatório jurídico completo está disponível no site.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Disponível em:  
<https://ascemanacional.org.br/categoria/juridico/>

Há uma série de demandas relacionadas ao assédio moral coletivo, com um formulário bem estruturado para registrar os casos e categorizar ações coletivas. O processo do MPT (Ministério Público do Trabalho) foi desdobrado em três partes e os procuradores não querem lidar com esses processos, resultando em encaminhamento para o MPF (Ministério Público Federal). Caso não haja um resultado satisfatório, uma sugestão é realizar sessões de desagravo como a OAB realiza.

Em relação ao caso do terço de férias, é preciso estabelecer como se dará a comunicação com os servidores, pois existem vários associados e ex-associados nessa ação o escritório não tem condições de realizar a comunicação individualmente.

Foram mencionadas ações favoráveis em casos como psitacideos, Embratur Noronha e censura de publicação de artigos pelo ICMBio.

Receberam uma demanda de análise de modificações na carreira, levando em consideração os técnicos e analistas. Também foi observado que agentes de infraestrutura foram designados para desempenhar as funções dos analistas ambientais. O problema não reside na transversalidade, mas sim em um conflito de interesse, uma vez que os agentes têm interesse na construção das obras. É importante destacar que transversalidade não é o mesmo que permeabilidade, sendo essa última prejudicial à carreira.

Foram discutidos cuidados com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e a divulgação dos nomes dos servidores com ações judiciais. Houve menção ao GQ3

(Gratificação de Qualificação) para aposentados/afastados que preenchem os requisitos e a apresentação do aviso ministerial 52 e NT 471/2018, que tratam de propostas anteriores de reestruturação da carreira. Também foi mencionada a proposta de estrutura remuneratória e equiparação com a ANA (Agência Nacional de Águas).

## **8 - Apresentação do Aviso Ministerial 52**

A seguir foi explanado brevemente sobre o Aviso Ministerial nº 52<sup>6</sup> que contempla grande parte das reivindicações dos servidores em relação à reestruturação da carreira.

Foi debatido que esse é um momento propício para seguir em frente com essas demandas, mas que é necessário que haja espaço para melhorias que não foram contempladas no aviso.

## **9 - Propostas para o plano de luta**

**AC:** propõe a mudança de nomenclatura de "analista" para "auditor" para garantir clareza e cumprimento das atribuições de cada cargo, a fim de evitar desvio de função, que não se aceitem chefes de fora da carreira e sem o nível de qualificação necessária. Sugere benefícios e incentivos para recrutamento e remoção temporária para região norte. Além disso, solicitou melhorias no site da Ascema com mais conteúdos voltados para os servidores e mais reuniões periódicas da nacional com as entidades locais.

**AM:** apoia as propostas do Acre e passou de volta a palavra para mais sugestões. Reforçam a importância de ter chefias internas e um equilíbrio entre os órgãos além de uma representação mais igualitária entre homens e mulheres nas diretorias. Destaca a importância de se aliar aos sindicatos e sugere a continuidade do programa de notícias ambientais na TV 247.

**CE:** apoiam a valorização dos servidores técnicos, melhoria do plano de saúde e a manutenção do aviso 52.

**DF:** foi realizado seminário que contou com servidores de outros setores que passaram por reestruturações de carreira para avaliar caminhos. Deve-se evitar mudanças nas atribuições dos cargos para não afrontar a Constituição Federal. Levantaram a possibilidade de ganho por subsídios e defendem a instauração de banco de horas, porte de arma para fiscais em campo e a possibilidade para técnicos poderem acumular cargo com o de professor. Inserção do artigo 9-A da lei 10410/22: "Será definida em instrumento próprio, para cada grupo de unidades organizacionais com atividades de gestão semelhantes, às atividades a serem executadas por analistas, técnicos e auxiliares.". Defendem também a revisão do quantitativo das funções comissionadas, a definição de territórios estratégicos, plano de ação pela PEC 13 e a retomada de propostas históricas aprovadas em Congressos da Ascema Nacional em 2015 e 2017. Por fim, foi disponibilizado um quadro comparativo sobre as propostas aprovadas pela assembleia do DF para a reestruturação da carreira<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Disponível em:  
[https://asibama.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Aviso\\_Ministerial\\_52\\_modernizacao\\_CEMA\\_PECMA\\_8maio2018\\_SEI\\_02000.204912\\_2017\\_31.pdf](https://asibama.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Aviso_Ministerial_52_modernizacao_CEMA_PECMA_8maio2018_SEI_02000.204912_2017_31.pdf)

---

<sup>7</sup> Ver anexo

**ES:** reforça as propostas de valorização dos técnicos, de serem considerados como carreira de Estado e a necessidade de nomeações de servidores internos para cargos de gestão.

**GO:** concorda com as propostas anteriores e sugere a criação de novas vagas para concursos, redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, remoção e distribuição mais eficientes entre órgãos, destinação de 2% do orçamento para programas de capacitação, e fortalecimento da pesquisa científica no Ibama.

**MG:** mantém-se o aviso 52/2018 inserindo a possibilidade de melhora das categorias. Sugere uma união com a Condsef e a criação de um plano de luta nacional para os trabalhadores do poder executivo.

**PA:** concordam com as propostas anteriores e destacam a importância de considerar a questão salarial como ponto central. Mencionaram a necessidade de transformar a carreira em típica de Estado para atuação em áreas de segurança.

**PB:** enfatiza a importância de critérios mínimos para ocupar cargos de chefia, além de discutir a inclusão de novas vagas em todo o país, a parametrização com a carreira da ANA. Levantou a questão das contratações temporárias que devem ser feitas de forma responsável para não incorrer em precarização. Falou da necessidade de formações específicas nos concursos, regramento para política de remoções, revisão do quadro de pessoal para unidades do ICMBio pois há poucos servidores para áreas muito grandes, e lembrou sobre a questão do adicional de qualificação para os aposentados.

Também sugeriram a equiparação dos auxílios em relação ao legislativo e judiciário, criar mais níveis na carreira uma vez que aumentou a idade de aposentadoria e a reposição salarial anual.

**PE:** apoia integralmente as propostas já discutidas, porém, destaca a polêmica sobre a tipicidade de Estado, uma vez que todo o serviço público já o seria. Problematizou a proposta da necessidade de nível superior para cargos técnicos, mas defende que é preciso buscar formas de melhorar a situação dos técnicos.

**SC:** apoiam o aviso 52, alertam para a necessidade de solucionar problemas logísticos para os profissionais que atuam em campo e que colegas em situação de risco sejam gratificados em cima do vencimento maior. Propõe que as remunerações de técnicos sejam de no mínimo 70% da dos analistas, podendo esse percentual aumentar.

**RJ:** apoia as propostas do aviso, a equiparação com a ANA e a escolha democrática dos gestores. Destaca a importância da lei do assédio moral e sugere uma análise mais aprofundada sobre o subsídio como forma remuneratória. Sugeriu um texto em apoio da equipe técnica que realizou o estudo sobre a exploração de petróleo no Amapá.

**RS:** defende o aviso ministerial 52 e questiona a exigência do nível superior como possivelmente antidemocrática. Uma minoria na base também mencionou a redução da jornada de trabalho.

**RN:** mencionou que no último concurso só houve vagas para nível técnico e que não é eficaz, uma vez que eles acabam

exercendo funções de analistas ao mesmo tempo que possuem diversas restrições devido ao cargo. Defende estabelecer critérios mínimos para ocupar cargos de chefia. Propõe um esticamento da carreira devido ao aumento do tempo de contribuição.

**SP:** apoia o aviso 52 e esclarece que a questão do nível superior para técnicos é devido ao aumento de atribuições do cargo. Sugerem o reconhecimento como carreira típica de Estado tendo feito, inclusive, uma tabela comparativa com a carreira da ANA, que é uma das semelhantes. Propõe que em caso de acidentes de trabalho o órgão se responsabilize pela remoção do servidor bem como pelos cuidados médicos. Em caso de morte ou invalidez causada por acidente de trabalho é necessário que a pensão seja integral. Também mencionaram a questão da aposentadoria integral e a revogação da EC 103/2019. Sugerem transformar a Acadebio em AcadeMMA para contemplar todos os órgãos, e aumentar o rol de doenças específicas que permitem a isenção do IR após a aposentadoria.

**TO:** apoia a proposta de nível superior para técnicos, além de reforçar a necessidade de detalhamento das atribuições dos cargos, parametrização com a ANA, inclusão de artigos sobre porte de armas e nomeações por portaria. Sugere flexibilização da jornada, revisão das gratificações sobre formação superior e a melhoria do seguro de vida e saúde para os servidores. Também sugerem a mudança do nome do cargo de Analista para Auditor e de Técnico para Analista Técnico.

**MMA:** manifestou voto favorável ao encaminhamento do aviso 52. Destaca a

necessidade de critérios para cargos de direção, a falta de servidores, a falta de diálogo e estratégia na atual gestão. Defendem que não haja ponto uma vez que não possuem banco de horas e cobrar por respostas aos casos de assédio sofridos durante o último governo.

**SC:** sugere a realização de um encontro para esclarecer dúvidas sobre o subsídio e discutir prós e contras. Propõe um salto/retomada na carreira para contemplar a todos e reduzir a desigualdade com outras áreas.

A seguir foi elaborado um rascunho do plano de lutas a ser apresentado e votado no dia seguinte.

## **10 - Apresentação do relatório do Conselho Fiscal**

O último dia do congresso, 19 de maio de 2023, iniciou-se com a apresentação da tabela discriminando os gastos fixos e variáveis da associação e outra que demonstra as entradas e saídas de caixa dos anos de 2021 e 2022. Foi realizada a votação e o documento foi aprovado por unanimidade<sup>8</sup>.

## **11 - Apresentação das chapas**

A seguir foi realizada a leitura e aprovação das normas do conselho eleitoral.

A composição das novas chapas para a Diretoria e Conselho Fiscal da associação ficaram da seguinte forma:

Chapa União e Reconstrução (Direção):  
Diretor – Presidente: Cleberson Carneiro Zavaski; Diretor de Administração e Finanças: André Oliveira da Silva; Diretor

---

<sup>8</sup> Disponível em anexo

Executivo (1): Fernanda Pico Pieruzzi; Diretor Executivo (2): Lindalva Ferreira Cavalcanti; Diretor Executivo (3): Nara Ballaminut; Diretor Adjunto (1): Jerônimo Carvalho Martins; Diretor Adjunto (2): Wallace Rafael Rocha Lopes; Diretor Adjunto (3): Ana Karoline Rodrigues Santana; Diretor Adjunto (4): Leandro Perrier de Faria Valentim; Diretor Adjunto (5): Alexandre Bahia Gontijo; Diretor Adjunto (6): Biane Silva Pontes

Chapa Construindo Dignidade (Conselho Fiscal): Titular (1): Desidéria Maria Barbosa Nery; Titular (2) : Márcia Regina Lima de Oliveira; Titular (3) : Margarida da Conceição Coelho Soares Sturaro; Suplente(1): Vladimir Impellizieri Andrade de Carvalho

## **12 - Apresentação do novo site da associação**

A seguir, foi apresentado o novo site da Ascema.

Relembrou-se que um projeto de site estava sendo desenvolvido em parceria com a Derechos Digitales, com o objetivo de incluir uma intranet para acesso de todos os associados. Infelizmente, o projeto não pôde ser executado, sendo necessário devolver \$1082 à organização. No entanto, foi encontrada uma solução alternativa viável, que permite acesso livre e é adequada para a Ascema.

Foi demonstrada a importância de garantir a usabilidade do site em dispositivos móveis e em outras plataformas. Além disso, mencionou-se a possibilidade de permitir que as entidades estaduais contribuam com conteúdo para o site.

## **13 - Aprovação do Plano de Lutas**

A seguir foi realizada a leitura para votação e revisão dos itens nos quais houve destaques no Plano de Lutas.

Ao fim do debate foi elaborado um documento que lista as lutas gerais, específicas e pautas a serem levadas para a mesa setorial<sup>9</sup>.

## **14 - Eleição, resultado e homologação das chapas eleitas**

Durante a discussão do Plano de Lutas houve uma pausa para realizar a votação e homologação das chapas eleitas. Ambas as chapas União e Reconstrução e Construindo Dignidade foram eleitas por unanimidade. Havia 53 delegados presentes sendo 46 deles votantes.

## **15 - Leitura e aprovação das moções levadas ao congresso**

Ao final do Congresso, foram lidas as moções que os delegados trouxeram de suas bases.<sup>10</sup>

Foram aprovadas as moções em solidariedade aos servidores do FLORAM (órgão ambiental de Florianópolis) que foram perseguidos, assediados e realocados indevidamente, a nota de solidariedade aos servidores do CETAS/AM em relação à invasão do local de trabalho e assédios, a nota de apoio aos servidores que analisaram o licenciamento da exploração de gás na bacia amazônica.

Manifestou-se preocupação em relação ao prazo de validade do concurso de 2022, solicitando-se a convocação imediata ou prorrogação do prazo. Foi

<sup>9</sup> Versão mais recente até o momento do documento está em anexo

<sup>10</sup> Textos completos em anexo

solicitada a efetivação dos servidores que estão como interinos nas SUPES.

Também foram aprovadas a nota de repúdio contra portariar funcionários extraquadro como agentes de fiscalização, e as notas pela manutenção da ANA, do CAR e do Programa Arboretum no âmbito do MMA.

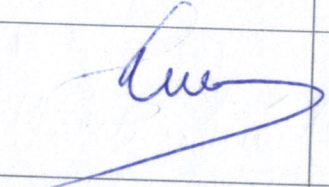


**Lista de Presença**  
**XII Congresso Ordinário da Ascema Nacional**  
**Brasília-DF, 17 a 19 de MAIO de 2023.**



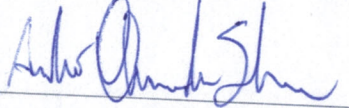
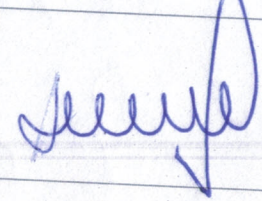
Nº	NOME	UF	17/05	18/05	19/05
1	Aline Pereira Gomes	AC	Aline	Aline	Aline
2	Valdeneide Queiros	AC	reco. Trindade.	reco. Trindade.	reco. Trindade.
3	Roberta Graf	AC	Roberta Graf	Roberta Graf	Roberta Graf
4	Biane Pontes	AM	<del>Biane</del>	<del>Biane</del>	<del>Biane</del>
5	Antônia Lúcia Gomes dos Santos	CE	Antônia Lúcia <sup>Santos</sup> Gomes dos Santos	Antônia Lúcia <sup>Santos</sup> Gomes dos Santos	Antônia Lúcia <sup>Santos</sup> Gomes dos Santos
6	Rômulo George Silveira	CE	Rômulo George Silveira	Rômulo George Silveira	Rômulo George Silveira
7	Cristiane Ramscheid Figueiredo	DF	Cristiane Figueiredo	C	C



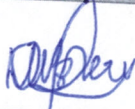


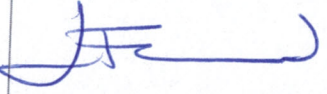
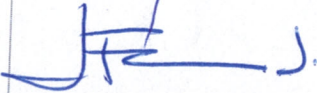
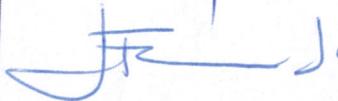
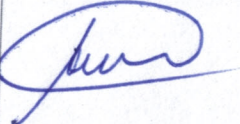
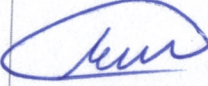
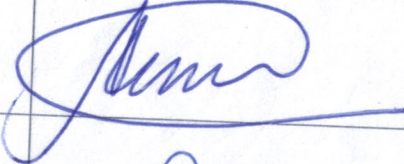


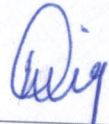
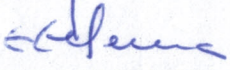
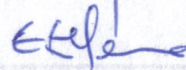
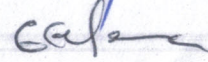
**Lista de Presença**  
**XII Congresso Ordinário da Ascema Nacional**  
**Brasília-DF, 17 a 19 de MAIO de 2023.**

Nº	NOME	UF	17/05	18/05	19/05
8	Barbara de Carvalho Pontes	MMA			
9	Márcia Regina Oliveira	MMA			
10	Elenita Herrera Braga	MMA			
11	Valdimir Impelizeri A. de Carvalho	MMA			
12	Betânia Santos Fichino	MMA			
13	Tânia Maria de Souza	MMA			

**Lista de Presença**  
**XII Congresso Ordinário da Ascema Nacional**  
**Brasília-DF, 17 a 19 de MAIO de 2023.**

Nº	NOME	UF	17/05	18/05	19/05
14	Pablo de Ávila Saldo	MMA	<del></del>		
15	Ariana lochie Moraes Arimura	DF			
16	André Oliveira da Silva (Café)	DF			
17	Cleberon Carneiro Zavaski (Binho)	DF			
18	José Elias Ribeiro	DF			
19	Sérgio Martinez	DF			

**Lista de Presença**  
**XII Congresso Ordinário da Ascema Nacional**  
**Brasília-DF, 17 a 19 de MAIO de 2023.**

Nº	NOME	UF	17/05	18/05	19/05
20	Dezidéria Maria Barbosa Nery	DF			
21	Lindalva Ferreira Cavalcanti	DF			
22	Fernanda Piccolo Pieruzzi	DF	<i>Fernanda Pieruzzi</i>	<i>Fernanda Pieruzzi</i>	<i>Fernanda Pieruzzi</i>
23	Célia da Silva Pereira	DF			
24	Denise Ferreira de Carvalho Ferreira	DF			
25	Elisabeth Eriko Uema	DF			

**Lista de Presença**  
**XII Congresso Ordinário da Ascema Nacional**  
**Brasília-DF, 17 a 19 de MAIO de 2023.**

Nº	NOME	UF	17/05	18/05	19/05
26	Elizabeth Aparecida Gomes	DF	<i>E. Gomes</i>	<i>E. Gomes</i>	<i>E. Gomes</i>
27	Silvia Nascimento Viana	DF	<i>Silvia Viana</i>	<i>Silvia Viana</i>	<i>Silvia Viana</i>
28	Davi Paiva	ES	<i>Davi Paiva</i>	<i>Davi Paiva</i>	<i>Davi Paiva</i>
29	Nara Ballaminut	GO	<i>Nara Ballaminut</i>	<i>Nara Ballaminut</i>	<i>Nara Ballaminut</i>
30	Marcello Borges Oliveira	GO	<i>MB</i>	<i>MB</i>	<i>MB</i>
31	Wanja Soraia de Melo Carneiro	GO	<i>Wanja Soraia de Melo Carneiro</i>	<i>Wanja Soraia de Melo Carneiro</i>	<i>Wanja Soraia de Melo Carneiro</i>

**Lista de Presença**  
**XII Congresso Ordinário da Ascema Nacional**  
**Brasília-DF, 17 a 19 de MAIO de 2023.**

Nº	NOME	UF	17/05	18/05	19/05
32	Rosa Maria Medeiros	MG	<i>R Medeiros</i>	<i>R Medeiros</i>	<i>R Medeiros</i>
33	Maria da Conceição de Oliveira Ferreira	MG	<i>M Oliveira</i>	<i>M Oliveira</i>	<i>M Oliveira</i>
34	Vilma Moreira dos Santos	MG	<i>Vilma Santos</i>	<i>Vilma Santos</i>	<i>Vilma Santos</i>
35	Antônio Melo	PA	<i>ANTONIO MARIA DE MELO FERREIRA</i>	<i>Antônio Melo</i>	<i>Antônio Maria de Melo Ferreira</i> <i>Antônio Melo</i>
36	Otávio Albuquerque Andrade Lima	PA	<i>Otávio</i>	<i>Otávio</i>	<i>Otávio</i>

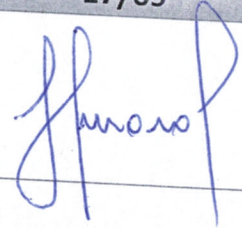
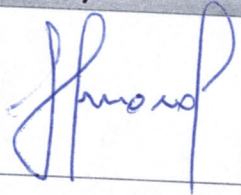
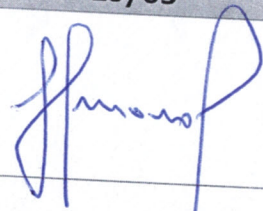
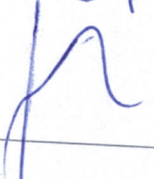
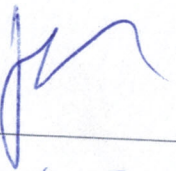
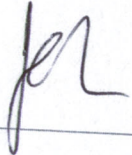


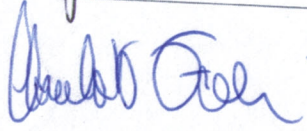
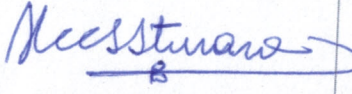
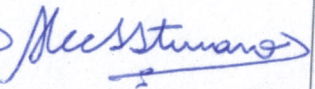
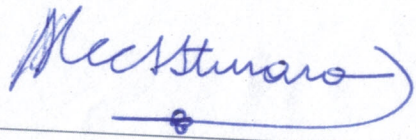
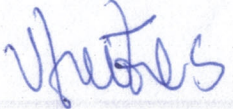
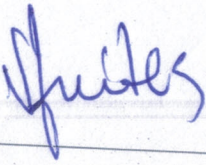
**Lista de Presença**  
**XII Congresso Ordinário da Ascema Nacional**  
**Brasília-DF, 17 a 19 de MAIO de 2023.**

Nº	NOME	UF	17/05	18/05	19/05
37	Raquel Miranda Pires	PA			
38	Cláudia Conceição Cunha	PB			
39	Eduardo Marques Santos Júnior	PB			
40	Riana Neves Medella da Silva	PB			
41	Ademilde Maria Lopes – Midinha	PE			
42	Eduardo Albuquerque de Melo	PE			
43	Bruno Barbosa	SC			
44	Roberto Reis	SC			

**Lista de Presença**  
**XII Congresso Ordinário da Ascema Nacional**  
**Brasília-DF, 17 a 19 de MAIO de 2023.**

Nº	NOME	UF	17/05	18/05	19/05
45	Leandro Valentim	RJ	<i>Leandro</i>	<i>Leandro</i>	<i>Leandro</i>
46	Denis Helena Rivas	RJ	<i>Denis Helena Rivas</i>	<i>Denis H. Rivas</i>	<i>Denis H. Rivas</i>
47	Bruno Antunes	RJ	<i>Bruno Antunes</i>	<i>Bruno Antunes</i>	<i>Bruno Antunes</i>
48	Mônica Armond Serrão	RJ	<del>_____</del>	<i>Mônica</i>	<i>Mônica</i>
49	Simone Ribeiro	RN	<i>Simone Ribeiro</i>	<i>Simone Ribeiro</i>	<i>Simone Ribeiro</i>
50	Joelsio Luiz Barbosa dos Santos	RS	<i>Joelsio</i>	<i>Joelsio</i>	<i>Joelsio</i>

**Lista de Presença**  
**XII Congresso Ordinário da Ascema Nacional**  
**Brasília-DF, 17 a 19 de MAIO de 2023.**

Nº	NOME	UF	17/05	18/05	19/05
51	José Mário Amaral Virué	RS			
52	Jerônimo Carvalho Martins	SP			
53	Cláudio Rodrigues Fabi	SP			
54	Margarida C. Coelho Soares Sturaro	SP			
55	Vera Élen Nascimento Freitas	SP			



**Lista de Presença**  
**XII Congresso Ordinário da Ascema Nacional**  
**Brasília-DF, 17 a 19 de MAIO de 2023.**

Nº	NOME	UF	17/05	18/05	19/05
56	Ana Karoline Rodrigues Santana	TO			
57	Leandro Milhomem Costa	TO			
58	Wallace Rafael Rocha Lopes	TO			
59	Wilson Rufino Dias Júnior	TO			

**Lista de Presença**  
**XII Congresso Ordinário da Ascema Nacional**  
**Brasília-DF, 17 a 19 de MAIO de 2023.**

Nº	NOME	UF	17/05	18/05	19/05
60	Nadja Janke	MMA	<i>nj pu</i>	<i>nj pu</i>	<i>nj pu</i>
61	ALEXANDRE BAHIA GONTIJO	SFB		<i>[Signature]</i>	<i>[Signature]</i>

0



REGIMENTO INTERNO 2023

XII CONGRESSO DA ASCEMA NACIONAL - ORDINÁRIO

**CAPÍTULO I  
DA REALIZAÇÃO DO XII CONGRESSO**

Art. 1º - O presente regimento interno trata do XII Congresso Ordinário da ASCEMA NACIONAL- **XII CONGRESSO, realizado** de modo presencial, no período de 16 a 19 de maio de 2023 - veja Programação em anexo.

Art. 2º - A realização do XII Congresso da ASCEMA Nacional foi precedida de assembleias de servidores objetivando preparar a participação para o evento e a escolha dos delegados e observadores.

**CAPÍTULO II  
DOS OBJETIVOS DO XII CONGRESSO**

Art. 3º - São Objetivos do XII CONGRESSO:

I - Debater com o conjunto de delegados eleitos e delegados natos os principais desafios para a luta socioambiental de forma ampla, e as perspectivas para os servidores públicos e para a Carreira de Especialista em Meio Ambiente e Pecma;

II - Estabelecer diretrizes, estratégias e prioridades para a luta dos servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e Pecma;

III - Eleger a próxima diretoria responsável por representar a luta dos servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e Pecma, avaliando as oportunidades para a implementação das determinações congressuais atuais e anteriores.

**CAPÍTULO III  
DOS PARTICIPANTES DO XII CONGRESSO**

Art. 4º - Os participantes do XII CONGRESSO estão assim identificados:

- a) Delegados eleitos na base que possuem direito à voz e voto na plenária;
- b) Delegados natos: são os integrantes da Diretoria executiva e do Conselho Fiscal da Ascema Nacional no exercício do cargo, possuem o direito à voz e voto;
- c) Observadores e convidados, que possuem apenas o direito à voz.

Art. 5º - Serão delegados eleitos os servidores pertencentes à Carreira de Especialista em Meio Ambiente e Pecma, associados em suas respectivas associações filiadas a Ascema, em pleno gozo dos seus direitos, escolhidos na razão de 01 delegado para cada 10 presentes nas assembleias Locais/Estaduais, ou fração maior ou igual a 05, resguardando o mínimo de 01 delegado por assembleia com menos de 10 participantes.

§ 1º - As entidades abaixo (20) encontram-se em pleno gozo dos seus direitos: Asibama AC; Asibama AL; Asibama PA; Asibama TO; Asibama PB; Ascema RN; Asibama DF; AsseMMA; Asibama GO; Asibama ES; Asibama MG; Asibama RJ; Ascema SP/PR; Asibama RS; Asibama SC; Sintfama MT; Asibama CE; Aema PE; Asibama RO, Ascema AM, totalizando 20 entidades.

§ 2º - As entidades abaixo (3) encontram-se advertidas/suspensas: Asibama AP, Ascema BA e Asibama SE.

Art. 6º - Os suplentes podem ser eleitos na mesma assembleia que se eleger o delegado, podendo substituir quaisquer dos delegados eleitos.

§ 1o - Os suplentes também serão considerados como observadores.

§ 2º - É necessário comunicar a substituição do delegado (ausente) por um dos suplentes com antecedência, até o final do credenciamento;

§ 3º - Após o fim do credenciamento, os suplentes não poderão substituir mais os delegados.

Art. 7º - Os observadores serão indicados nas seguintes situações:

I - Nos Estados com entidade ou afiliada que não estejam no pleno gozo do direito, conforme o Estatuto da Ascema.

II - Demais servidores de entidades filiadas eleitos para este fim.

Art. 8º Somente poderão ser delegados e observadores os servidores da CEMA ou PECMA, devidamente filiados a uma das entidades de base da Ascema Nacional.

#### **CAPÍTULO IV DO CREDENCIAMENTO**

Art. 9º - A relação dos participantes deverá ser comunicada à Ascema Nacional preferencialmente até 11 de maio de 2023, com o nome, e-mail e CPF dos participantes, cabendo à Diretoria da Ascema Nacional avaliar, caso a caso, comunicações posteriores a esta data.

Art. 10 - As atas e respectivas listas de presença das assembleias de base devem ser encaminhadas com a relação dos participantes e serem entregues até a data do credenciamento presencial dos delegados.

Parágrafo único: Para a lista de presença serão aceitos diferentes meios de comprovação, como e-mail do participante indicando que esteve na Assembléia, google forms, print da tela do momento da reunião, entre outros possíveis de aferição.

Art. 11 - O credenciamento dos delegados e observadores ocorrerá de forma presencial, das 8h00 do dia 17 até às 08h45m do dia 18 de maio de 2023, no horário de Brasília;

§ 1º - É obrigatório aos participantes do Congresso 2023;

§ 2º - Os participantes que não se credenciarem até o horário estabelecido não participarão do Congresso, salvo em casos justificados e aprovados em plenária.

#### **CAPÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO DO XII CONGRESSO**

Art. 12 - O XII CONGRESSO será composto por organismos:

Comissão Organizadora/facilitação; Comissão de Relatoria e as Plenárias.

§ 1º - Da Comissão Organizadora:

I - A Comissão Organizadora do XII Congresso será integrada por representantes da Diretoria da Ascema Nacional, sendo responsável por toda organização, orientação e ordenação dos trabalhos. Além disso, deverá propor o presente Regimento Interno, preparar o expediente das Plenárias, equipe de facilitação e apoio, posteriormente, submetidas à aprovação das respectivas plenárias.

§ 2º - Da Comissão de Relatoria:

I - A Comissão de Relatoria será composta por 02 integrantes indicados pela Comissão Organizadora e, posteriormente, submetidos à aprovação da Plenária;

II - Caberá à Comissão de Relatoria organizar e registrar todos debates e documentos gerados no XII Congresso e encaminhar para a Ascema Nacional, no prazo máximo de 10 (dez) dias, um relatório documental e um relatório executivo.

§ 3º - Das Plenárias:

I - As Plenárias são as instâncias únicas para apresentação e discussão de propostas, sendo compostas pelos delegados, delegados natos e observadores presentes no Congresso Nacional.

II - Também consiste nas instâncias máximas de deliberações do Congresso, através de votações, nas quais têm direito ao voto apenas os delegados (eleitos e natos).

III - A Comissão organizadora proporcionará ambientes de discussão e participação que serão preparatórios aos processos de deliberação dos delegados. A plenária sempre será consultada para verificar se os pontos apresentados precisam de esclarecimento, votação ou se há consentimento coletivo.

IV - Todos os presentes poderão fazer uso da palavra.

## **CAPÍTULO VI DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES**

Art. 13 - Durante as discussões, a mesa poderá conceder tempo de fala de até 3 minutos, para os solicitantes.

Art. 14 - Nas votações das Plenárias os delegados manifestarão seu voto através do crachá de credenciado.

§ 1º - Após abertas, terão prazo de votação de 2 minutos, podendo ser estendido em caso de não atingirem o número mínimo de 30% dos delegados credenciados.

§ 2º - A mesa poderá conceder tempo de 3 minutos para exposição relacionada à defesa/contraditório do objeto de votação.

Art. 15 - As deliberações nas Plenárias serão tomadas por maioria simples ou consenso.

Art. 16 - Durante os processos de votação não serão permitidas questões de ordem ou de encaminhamentos.

Parágrafo único: Será permitida a declaração de abstenção de voto, com duração de até 1 minuto.

## **CAPÍTULO VII DO ORDENAMENTO DAS PLENÁRIAS**

Art. 17 - A condução dos trabalhos terá um coordenador, com apoio de um secretário e um relator, para apresentar os pontos que são objeto de discussão e aprovação da plenária. Para os temas que abrirem divergência, serão apresentadas propostas que serão remetidas para defesa e posterior votação.

Art. 18 - Cabe à coordenação conduzir os trabalhos, orientando e organizando as apresentações de propostas e processos de votação, assim como, conceder ou não questões de ordem, encaminhamento e/ou esclarecimento.

§ 1º - Não é permitido ao delegado solicitar questões relacionadas no *caput* deste artigo para fazer outras intervenções, senão o que de fato for objeto de solicitação à mesa.

§ 2º - O encaminhamento dos trabalhos pela coordenação será prioritário, entretanto, quando existir divergência entre a coordenação e outro delegado, a Plenária decidirá qual o encaminhamento mais adequado.

§ 3º - As declarações de voto só serão permitidas nas votações de mérito por aqueles que se absterem durante a votação, se inscrevendo na hora da votação, junto à mesa.

Art. 19 - O tempo de intervenção oral dos delegados nas Plenárias será de até 03 minutos. Caso a Plenária não se sinta devidamente esclarecida é facultado à mesa abrir novas intervenções para debate das propostas.

## **CAPÍTULO VIII DO QUORUM DAS PLENÁRIAS**

Art. 20 - Para a instalação das Plenárias é necessário o quorum de 30% mais um dos delegados credenciados ao XII CONGRESSO.

## **CAPÍTULO IX DA PROGRAMAÇÃO DO XII CONGRESSO**

Art. 21 - A Programação e metodologia do XII CONGRESSO consta do anexo deste Regimento Interno, podendo ocorrer quaisquer alterações em seus horários em função da dinâmica dos trabalhos, desde que mantida a centralidade na pauta apresentada para discussão.

## **CAPÍTULO X DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Art. 22 - Os casos omissos neste Regimento Interno deverão ser analisados pela Comissão Organizadora e submetidos à Plenária.

Art. 23 - O tempo do congresso poderá ser abreviado pela plenária, caso esta entenda que concluiu os trabalhos.



## **PROGRAMAÇÃO - XII CONGRESSO ORDINÁRIO DA ASCEMA NACIONAL (Maio 2023)**

### **AUDITÓRIO DO MMA**

#### **Localização do Auditório MMA**

#### **Terça Feira - 16/05/2023**

18h30: Lanche da tarde no auditório do MMA. 19h30: Abertura política do XII Congresso - (transmitida pela TV Ascema) - horário divulgado e passado nos convites

Auditório - MMA com participação de convidados (Ministra Marina Silva, Presidentes do IBAMA, ICMBio, SFB, parlamentares e CONDSEF).

### **INSTITUTO BÍBLICO DE BRASÍLIA**

#### **Localização Instituto Bíblico de Brasília**

#### **Quarta-Feira – DIA 17/05/2023**

7h: Café da Manhã.

8h30: Início do Credenciamento.

9h: Boas Vindas e Reabertura do Congresso (Diretoria da Ascema Nacional).

9h15: Discussão e Aprovação do Regimento Interno.

12h: Almoço

13h30: Análise de Conjuntura 1 - Cenários e perspectivas para a luta socioambiental. Mauricio Guetta, Binho Zavaski e Tânia Maria.

15h30: Intervalo.

15h45: Análise de Conjuntura 2 - Desafios e perspectivas para o funcionalismo federal. Maria Lúcia Fatorelli, Vladimir Nepomuceno e Cardone (CONDSEF).

18h30: Jantar.

#### **Quinta -Feira – DIA 18/05/2023**

7h: Café da Manhã

8h45: Finalização do Credenciamento

9h: Informes dos Estados

10h15: Intervalo

10h30: Continuação Informes dos Estados

12h00: Almoço

13h30: Informes Assessoria Jurídica da Ascema Nacional

14h10: Apresentação do Conselho Fiscal - Prestação de Contas (2021-2023)

14h50: Constituição da Comissão eleitoral e intervalo

15h10h: Apresentação da comissão eleitoral e início da inscrição de Chapas (Diretoria Executiva e Conselho Fiscal)

15h20: Propostas para Plano de Lutas (apresentação das entidades estaduais)

⇒ Revisão da carreira

⇒ Mesa setorial

⇒ Demais pontos de luta.

18h00: Encerramento das inscrições das chapas e apresentação das chapas



18h30: Festa de confraternização

**Sexta- Feira – DIA 19/05/2023**

7h: Café da Manhã

9h: Eleição - Votação por crachás de delegados eleitos

9h30: Resultado e Homologação das Chapas eleitas (Executiva e Conselho Fiscal)

10h: Discussão para implementação do plano de Lutas

⇒ Revisão da carreira

⇒ Mesa setorial

⇒ Demais pontos de luta.

12h: Almoço

13h30: Aprovação do Plano de Lutas

15h00: Encerramento do Congresso





# **Análise de Conjuntura: Desafios e perspectivas para o Funcionalismo Federal**

ASCEMA NACIONAL  
XII Congresso Ordinário dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio  
Ambiente e do PECMA  
Brasília, 17 de maio de 2023

# Análise de Conjuntura com foco nas Finanças Públicas

## Diagnóstico

- **“SISTEMA DA DÍVIDA”** absorve a maior parte dos recursos e está por trás do teto de gastos, das privatizações, contrarreformas, juros altos, influenciando as principais decisões econômicas do país.

## Pautas governamentais

- **Manutenção dos privilégios do “SISTEMA DA DÍVIDA”**
  - **ARCABOUÇO FISCAL**
  - **REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL**

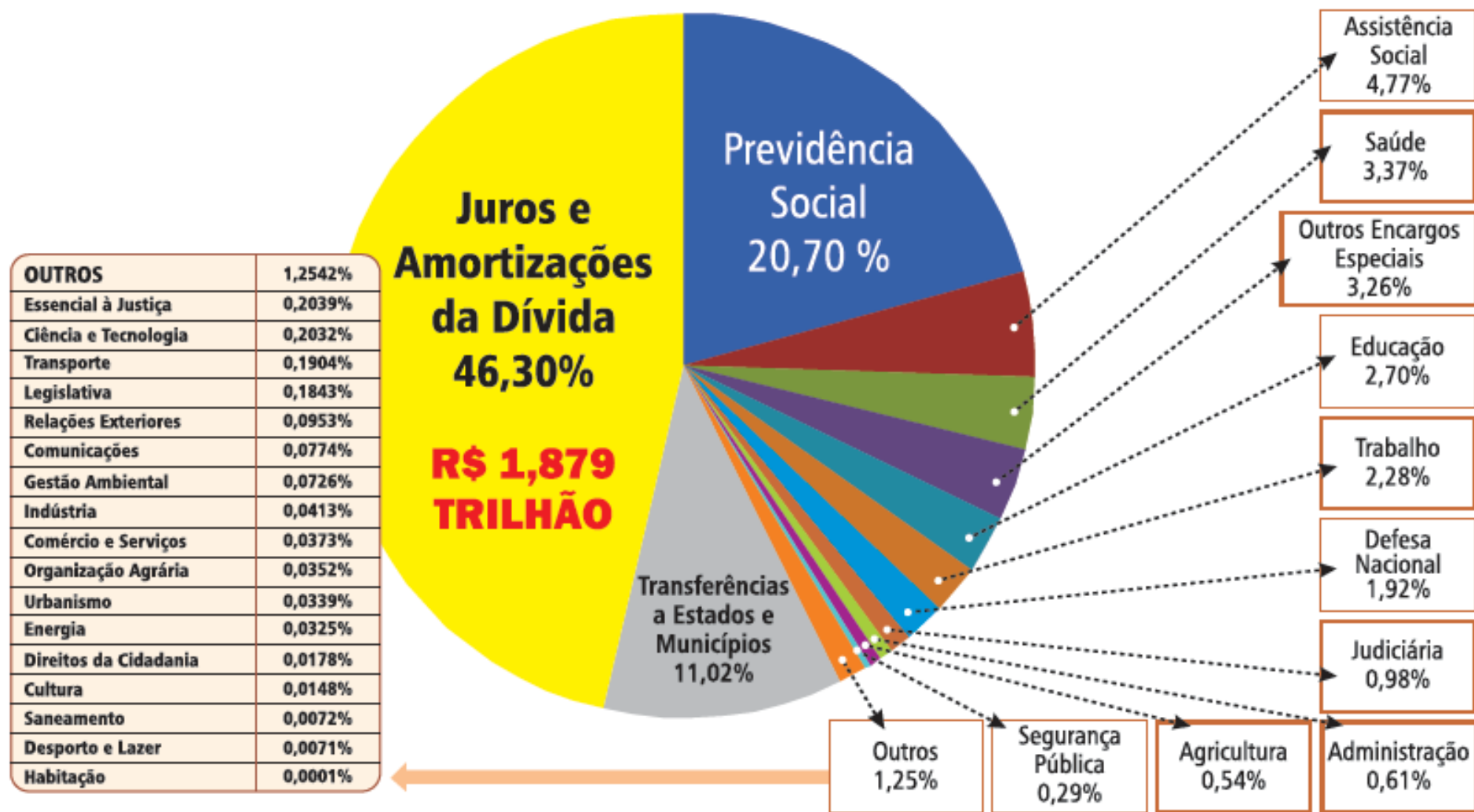
A dívida pública deveria estar financiando investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico.

Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:

## **“SISTEMA DA DÍVIDA”**

- Contínua subtração de recursos públicos;
- Ausência de contrapartida em investimentos, como declarou o Tribunal de Contas da União TCU <https://bit.ly/2NTP1Jo>
- Dívida alta tem justificado teto de gastos, arcabouço fiscal, contrarreformas, privatizações, juros altos (!).
- Ver vídeo 17 <https://bit.ly/2YE5R2S>

# Orçamento Federal Executado (pago) em 2022 = R\$ 4,060 TRILHÕES



# TCU afirmou ao Senado que a dívida interna federal não serviu para investimento no país

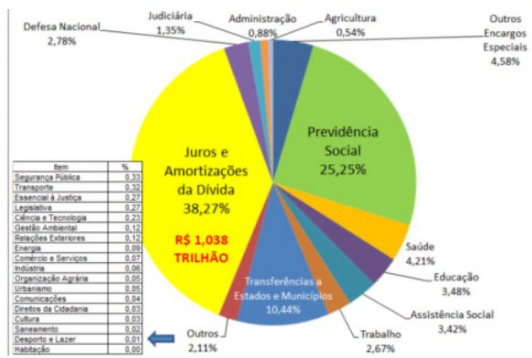
<https://bit.ly/2NTPIJo>

## Para que tem servido?



27 DE OUTUBRO, 2020

Para que tem servido a Dívida Pública que você paga?



11 DE SETEMBRO, 2020

PARA QUE TEM SERVIDO A DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL, por Maria Lucia Fattorelli

<https://bit.ly/36AbwLJ>

Audiência CAE/Senado

<https://bit.ly/3dwIxxP>

LIVE

<https://bit.ly/39ITU24>

Artigo

# Auditoria da Dívida Pública:

Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil



Maria Lucia Fattorelli

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA



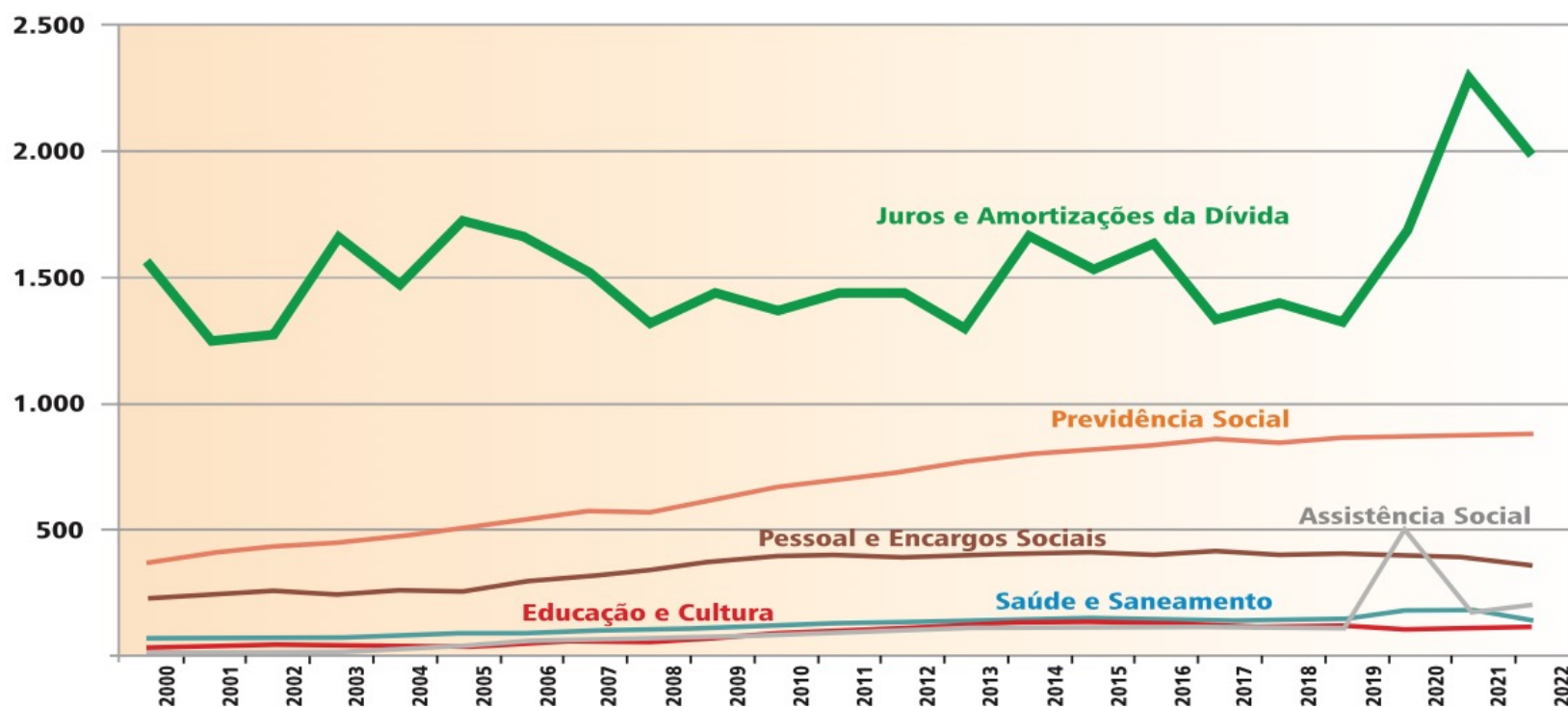
Primeira Edição 2023  
Obra autofinanciada - VENDA PROIBIDA

<https://bit.ly/42HOWM3>

# ONDE DE FATO ESTÁ O PROBLEMA DAS CONTAS PÚBLICAS?

## Governo Federal - Gastos Selecionados de 2000 a 2022

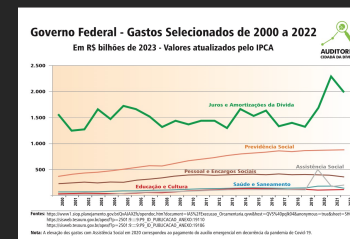
Em R\$ bilhões de 2023 - Valores atualizados pelo IPCA



**Fontes:** [https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAZZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao\\_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06](https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAZZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06)  
[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO\\_ANEXO:19110](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:19110)  
[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO\\_ANEXO:19106](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:19106)

**Nota:** A elevação dos gastos com Assistência Social em 2020 correspondeu ao pagamento do auxílio emergencial em decorrência da pandemia de Covid-19.

# Panorama da Estrutura do Estado Brasileiro de 2000 a 2022

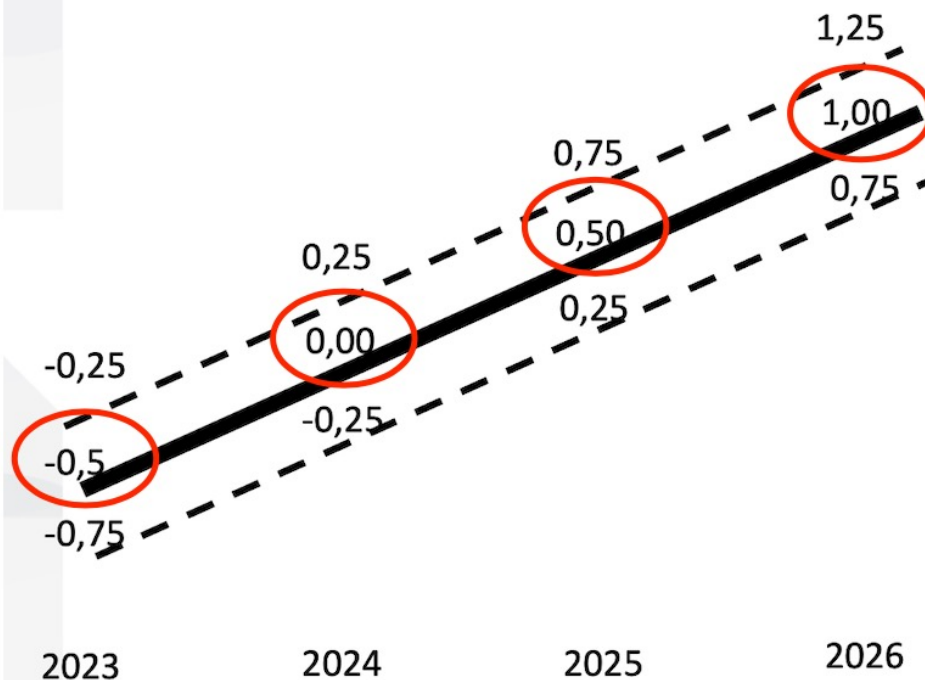


- Apesar do aumento da população, demanda crescente e desafios tecnológicos, os recursos destinados ao serviço público federal se mantêm praticamente constante no período;
- Insuficiência de pessoal: aposentadorias sequer recompostas por novos concursos, quando precisaríamos aumentar o quadro;
- Redução e supressão de direitos com sucessivas contrarreformas da Previdência. Alterações legais, modificações de normas.
- Riscos para aposentadorias e contaminação de parte das categorias com interesses do mercado: Funpresp e previdência complementar
- Sucateamento da estrutura pública por falta de investimento.

# NOVO ARCABOUÇO FISCAL

Mantém o arrocho sobre os gastos sociais e a estrutura do Estado

## Compromisso de Primário e Bandas (% PIB)



### Expectativas de Mercado em 24/03/23

-1,02	-0,80	-0,50	-0,27
-------	-------	-------	-------

## Regras Fiscais para atingimento

1. Compromisso de trajetória de primário até 2026, com meta e banda de variação tolerável.
2. O atual teto de gastos passa a ter banda com crescimento real da despesa primária entre 0,6% a 2,5% a.a. (mecanismo anticíclico), com FUNDEB e piso da enfermagem excluídos dos limites (regras constitucionais já existentes).
3. Crescimento anual dentro da faixa de crescimento da despesa limitado a 70% da variação da receita primária dos últimos 12 meses.
4. Resultado primário acima do teto da banda permite a utilização do excedente para investimentos.
5. Se os esforços do Governo de aumento de receitas e redução de despesas resultarem em primário abaixo da banda, obriga redução do crescimento de despesas para 50% do crescimento da receita no exercício seguinte.
6. Investimentos possuem piso.

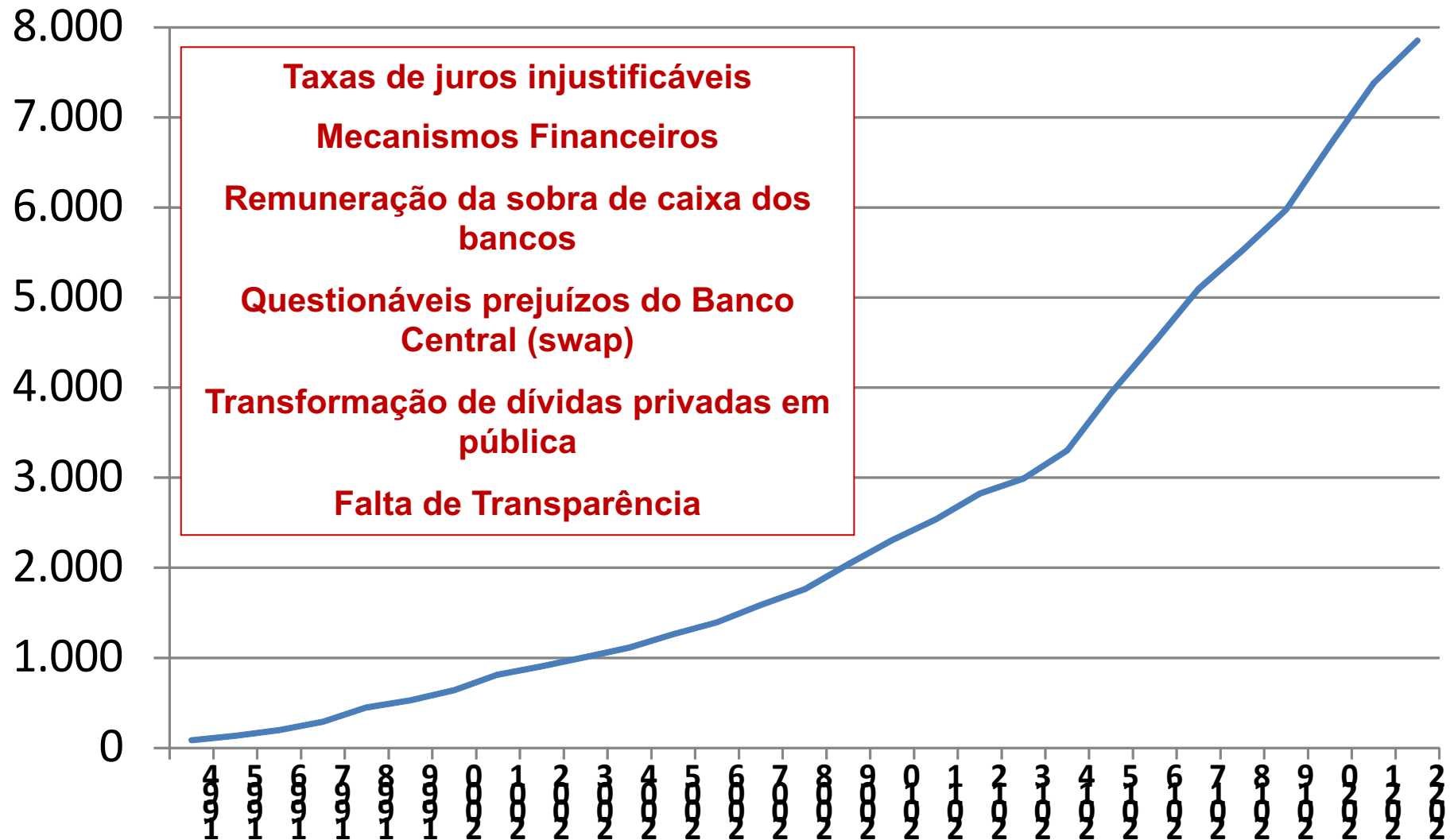


# Apesar do Superávit Primário, a Dívida Pública explodiu

De 1995 a 2015 produzimos  
R\$ 1 Trilhão de Superávit Primário. Apesar disso,  
a dívida interna federal aumentou de  
**R\$ 86 bilhões** para quase  
**R\$ 4 trilhões** no mesmo período.

É evidente que os investimentos e gastos sociais **não** foram os responsáveis pelo aumento da dívida interna, pois produzimos Superávit Primário imenso, mas sim os mecanismos de política monetária do Banco Central, responsáveis por déficit nominal brutal e pela fabricação da “Crise Fabricada”

# Dívida Interna Federal (R\$ bilhões)



# BANCO CENTRAL ENTERRANDO A ECONOMIA BRASILEIRA

Desde março/2021 quando a taxa básica Selic estava em 2% ao ano) o BC passou a disparar essa taxa, sob a falsa justificativa de controlar inflação, alcançando 13,75% a.a. em agosto/2022.

**BANCO CENTRAL GERA ROMBO AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA**

**R\$ 40,1 BILHÕES**

**A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC**

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB <sup>1/</sup>	R\$ bilhões	p.p. PIB <sup>1/</sup>
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio <sup>2/</sup>	-7,1	-0,07	9,3	0,09
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic <sup>2/ 3/</sup>	40,1	0,40	38,0	0,38
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços <sup>2/ 3/</sup>	17,5	0,18	17,4	0,18

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e redução de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.



**AUDITORIA  
CIDADÃ DA DÍVIDA**

# EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO PLP 93/2023 NOVO ARCABOUÇO FISCAL

Governo assume que o TETO VIGENTE ESTÁ SENDO MANTIDO, com uma "*correção real*" das despesas do ano anterior:

5. A principal inovação em relação à regra de limite de despesas vigente diz respeito aos critérios de correção real desse agregado em cada ano. O novo regime prevê que o crescimento real das despesas precisa estar limitado a determinado percentual do crescimento real apurado das receitas, de forma a garantir o financiamento adequado das políticas públicas. Esse percentual deverá ser ajustado a depender do alcance da meta de resultado primário, sendo reduzido quando o resultado apurado no ano anterior ficar abaixo do intervalo de tolerância da meta. Além disso, passam a existir limites inferiores e superiores de crescimento da despesa independentemente do

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



**E que "*correção real*" é essa?**

**APENAS de 0,6 a 2,5%** da despesa do ano anterior, condicionada ao cumprimento do resultado primário e ao crescimento das receitas primárias!

# EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO PLP 93/2023 NOVO ARCABOUÇO FISCAL

## NOVO TETO DE GASTOS DO PROJETO DO GOVERNO LULA:

Despesa do ano anterior atualizada pelo IPCA

+

**0,6%** da despesa do ano anterior, independentemente da  
variação das receitas primárias

**até**

**2,5%** da despesa do ano anterior, desde que cumprida a  
meta de resultado primário e dependendo da variação das  
receitas primárias

c) limites máximo e mínimo de crescimento real da despesa de, respectivamente, 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) e 0,6% a.a. (seis décimos por cento ao ano), independente da variação da receita.

# EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO PLP 93/2023 NOVO ARCABOUÇO FISCAL

Governo assume que o TETO se destina a permitir  
***“guardar recursos importantes para abatimento do  
endividamento público”***:

crescimento da receita. A ideia desses limites é evitar, no caso do patamar inferior, que a despesa tenha que ser reduzida nos períodos de recessão, quando a arrecadação diminui; e permitir, no caso do patamar superior, que o Governo consiga guardar recursos importantes para abatimento do endividamento público, nos momentos de crescimento mais forte da economia e da arrecadação. Agrega-se, assim, um importante elemento anticíclico ao arcabouço proposto.

6. A forma de correção inflacionária do limite de despesas segue basicamente o disposto na regra vigente, ou seja, usa a inflação do ano anterior ao da lei orçamentária de referência, sendo agora considerado o valor apurado de janeiro a junho e o estimado de julho a dezembro pelo Poder Executivo na Mensagem que encaminha o projeto de lei orçamentária anual. Eventual diferença aferida entre a estimativa do índice de inflação e a sua efetiva apuração será calculada pelo Poder Executivo para fins de definição da base de cálculo dos respectivos limites do projeto de lei orçamentária seguinte.

Apresentação: 18/04/2023 19:48:00.000

PLP n.93/2023

Assim, o Banco Central dispara a Selic sem justificativa científica alguma, aumenta a dívida e o gasto com juros e o governo impõe sacrifício a toda a sociedade e à economia do país para privilegiar essa dívida nunca auditada!

# ARCABOUÇO CONTRADIZ LULA

*"Lula afirma que não vai guardar dinheiro para pagar juros aos banqueiros"*

**veja**

Política

## Lula afirma que não vai guardar dinheiro para 'pagar juros aos banqueiros'

Sem revelar ministros, petista reforça dívida com os mais pobres: 'como já fizemos uma vez, vamos começar a pagá-la'

Por Ramiro Brites 9 nov 2022, 19h46

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO PLP 93/2023

**NOVO ARCABOUÇO FISCAL: "guardar recursos importantes para abatimento do endividamento público":**

crescimento da receita. A ideia desses limites é evitar, no caso do patamar inferior, que a despesa tenha que ser reduzida nos períodos de recessão, quando a arrecadação diminui; e permitir, no caso do patamar superior, que o Governo consiga guardar recursos importantes para abatimento do endividamento público, nos momentos de crescimento mais forte da economia e da arrecadação. Agrega-se, assim, um importante elemento anticíclico ao arcabouço proposto.

04/2023 19:48:00.00

1.93/202

# EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO PLP 93/2023 NOVO ARCABOUÇO FISCAL

Governo assume que a receita a ser considerada para o pagamento das despesas primárias (gastos sociais e com a estrutura do Estado, inclusive investimentos) ficará restrita à receita tributária, excluindo outras receitas:

7. Cumpre-nos chamar atenção para o conceito de receita a ser utilizado para o cálculo da variação possível de despesa. Primeiramente, cabe destacar que se trata da receita realizada nos doze meses terminados em junho do ano de elaboração do projeto de lei orçamentária, o que evita a possibilidade de crescimento de despesa com base em estimativas de receitas que podem ser otimistas. Além disso, propõe-se um conceito de receita mais estável, que exclui linhas de arrecadação mais voláteis, como “Concessões e Permissões”, “Exploração de Recursos Naturais” e “Dividendos e Participações”. A motivação é garantir que as despesas primárias do Governo Central, na sua grande maioria permanentes e obrigatórias, sejam financiadas por receitas de caráter mais recorrente, como as provenientes de tributos e contribuições sociais.

**E para onde irão as outras receitas?**

Para o gasto não-primário – JUROS E AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA



# Esquema de “Securitização de Créditos Públicos” desvia recursos por fora do Orçamento Público



Ver artigo “Securitização: consignado turbinado de recursos públicos”, disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/secritizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

## **PLP 93/2023 – INVESTIMENTOS limitados, podendo o valor ser ampliado, caso seja superada a meta de resultado primário, porém, de forma limitada**

- *Art. 5º Caso o resultado primário do Governo Central exceda ao limite superior do intervalo de tolerância (...), o Poder Executivo federal poderá ampliar as dotações orçamentárias, para o exercício subsequente, em valor equivalente a **até o montante excedente** (...)*
- *§ 1º Na hipótese de ampliação das dotações em decorrência do disposto no caput, os respectivos valores serão destinados a investimentos (...)*
- *Art. 10. **Para os exercícios de 2025 a 2028**, as dotações orçamentárias a que se refere o caput do art. 5º ficam **limitadas até o montante de R\$ 25 bilhões**, corrigido pela variação acumulada do IPCA ou de outro índice que vier a substituí-lo ...*

# PARA CABER DENTRO DO TETO DO "ARCABOUÇO FISCAL", GOVERNO COGITA MUDAR O PISO CONSTITUCIONAL DE RECURSOS PARA A SAÚDE E EDUCAÇÃO

AgênciaBrasil

## Governo quer reavaliar pisos para gastos com saúde e educação

*Mudanças ocorreriam por emenda constitucional a partir de 2025*

*"Segundo a equipe econômica, esses pisos criam problemas porque os gastos totais do governo estão submetidos a uma regra geral, que era o teto de gastos e será substituída pelo novo arcabouço fiscal. Dessa forma, caso os gastos com uma das duas áreas (educação e saúde) cresçam mais que a média das despesas, sobra uma fatia menor para outros tipos de gastos."*

# COMO REPOR AS PERDAS ACUMULADAS E O SUCATEAMENTO DA ESTRUTURA DO ESTADO ?

- **TETO IMPÕE DISPUTA ENTRE ÁREAS SOCIAIS:** o conjunto de despesas primárias tem que caber dentro do teto. Se uma despesa cresce mais, outra tem que cair.
- **CRESCIMENTO ANUAL REAL PÍFIO PARA AS DESPESAS PRIMÁRIAS** (entre 0,6 e 2,5% dos gastos primários realizados em ano anterior), mantendo o mesmo princípio da EC-95, sujeito a **CONDICIONAMENTOS:** trava para o crescimento das despesas primárias (no máximo 70% do crescimento da receita tributária), além de exigência do cumprimento de meta de resultado primário.
- **TETO VISA “GUARDAR RECURSOS IMPORTANTES” PARA PAGAR JUROS E AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA**, que permanece fora do teto, sem controle ou limite algum.

# O Relator do PLP 93/2023, Dep. Cláudio Cajado, agravou ainda mais os danos contra o funcionalismo público para proteger METAS QUE PRIORIAM O SISTEMA DA DÍVIDA

## CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 2023

NÚMERO 21.004 • 26 PÁGINAS • R\$ 4,00

CORREIO  
DEBATE

O caminho  
da legalidade  
para o ouro

Hoje, a partir das 14h, o Correio Braziliense promove o debate Caminhos do Ouro, com o propósito de contribuir para a extração do minério dentro da legalidade. Em três painéis, os convidados discutirão as alternativas políticas, jurídicas e tecnológicas que se apresentam para tornar essa atividade econômica sustentável e no quadro da lei. Em entrevista ao jornal, o secretário de Geologia e Mineração do Ministério de Minas e Energia, Vitor Saback, afirma que o país pode ampliar a participação da mineração no PIB sem a necessidade de explorar áreas preservadas nem de invadir reservas indígenas.

PÁGINA 7 E VISÃO DO CORREIO, 10

# Regra fiscal proíbe concurso se governo exceder gastos

Em dia de muitas reuniões, integrantes do Executivo e do Legislativo chegaram à primeira versão da proposta de regra fiscal que será submetida ao Congresso Nacional. A nova âncora impõe travas se o governo federal exceder o limite de gastos estabelecido. Em caso de descumprimento, a União fica proibida de abrir concursos públicos e de conceder aumento salarial a servidores. Em uma articulação do Planalto, ficou acordado que as sanções não se aplicam para as políticas de valorização do salário mínimo nem ao Bolsa Família. Ao sair da reunião na Residência Oficial da Câmara, o relator do arcabouço fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), disse que novas mudanças podem ser acrescidas à proposta. Amanhã, os deputados devem votar o requerimento de urgência para o texto.



Vitor Correia/CA/SA/Press

- Recado de Lula ao PT: nada de fogo amigo contra o arcabouço
- Crítico das big techs, Lira diz não haver prazo para PL das Fake News
- Bolsonaro depõe hoje à PF sobre vacina e admite conta no exterior

# **RISCOS À PREVIDÊNCIA DE SERVIDORES: Como acomodar o aumento de aposentados dentro do teto rígido?**

## **TETO PODERÁ JUSTIFICAR NOVA CONTRARREFORMA**

- Elevação das alíquotas de contribuição previdenciária e da contribuição à FUNPRESP?
- Cobrança de contribuições Extraordinárias (inclusive para aposentados e pensionistas) no caso de “déficit atuarial”? Esse “déficit” é fabricado pela redução da arrecadação de contribuições previdenciárias em decorrência da falta de reposição de servidores concursados, terceirização, migração para FUNPRESP, salários baixos e falta de reajustes.
- Riscos para aposentadoria complementar diante da estagnação econômica?

# ARCABOUÇO FISCAL ESCANCARA PRIVILÉGIO DA DÍVIDA PÚBLICA E CAMINHA NO SENTIDO CONTRÁRIO AO QUE O PAÍS PRECISA

PRECISAMOS:

- ✓ Mais recursos para investimentos sociais e estrutura do Estado;
- ✓ Interromper mecanismos que geram “dívida” sem contrapartida em investimentos (Bolsa-Banqueiro, Juros elevadíssimos injustificados etc.).

## O QUE FAZER?

- LIMITE DOS JUROS EM LEI
- AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL

COM APENAS 1 CLIQUE PRESSIONE  
PARA QUE DEPUTADOS APOIEM A  
FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O  
LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA  
INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA  
COM PARTICIPAÇÃO  
POPULAR



20 DE MARÇO, 2023  
**CLIQUE AQUI E PRESSIONE** pela  
criação da Frente Parlamentar sobre  
o Limite dos Juros e a Auditoria  
Integral da Dívida Pública com  
Participação Popular

## INCLUIR NA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES:

- Limite dos Juros em lei (PLP 104/22)
- Auditoria da Dívida Pública com Participação Social
- Apoio à Frente Parlamentar sobre o Limite dos Juros e a Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular

<https://auditoriacidada.org.br/pressione-pela-criacao-da-frente-parlamentar-sobre-o-limite-dos-juros-e-a-auditoria-integral-da-divida-publica-com-participacao-popular/>



# O MERCADO NÃO TEM ESCRÚPULO PARA PRODUZIR CRISES E IMPOR LIMITE DE INVESTIMENTOS SOCIAIS

O déficit está no Banco Central <https://bit.ly/3tTi0yX>



“Você tem que colocar o país em recessão para recuperar a credibilidade”, diz Campos Neto

Publicado em 16/12/2021 - 13:39 | Vicente Nunes | Economia

<https://www.youtube.com/watch?v=RJNHX82-CrQ&t=373s>



<https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-ju>

**PRECISAMOS DE UMA CPI DO BANCO CENTRAL!**

**PRESSIONE SENADORES E DEPUTADOS COM APENAS 1 CLIQUE**



ACESSE  
[WWW.AUDITORIACIDADA.ORG.BR](http://WWW.AUDITORIACIDADA.ORG.BR)



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/pressione-parlamentares-pela-abertura-de-uma-cpi-do-banco-central>

# Auditoria Cidadã da Dívida lançou Campanha para LIMITAR JUROS NO BRASIL



## MOVIMENTE-SE

Informativos da Campanha

Queremos saber sua opinião  
**VOTE**

Abuso das taxas de juros no Brasil  
**ENTENDA**

Materiais da campanha  
**COMPARTILHE**

Descubra o que está acontecendo  
**AGENDA**

Acesse a Proposta Legislativa e acompanhe os próximos passos  
**CONGRESSO NACIONAL**

## EXIGIMOS LIMITE PARA OS JUROS NO BRASIL



### PROPOSTA PELO LIMITE DOS JUROS VIRA PLP 104/2022

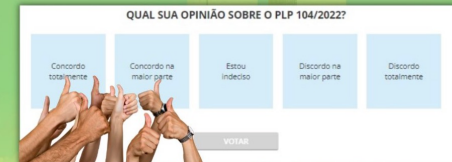


#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Reunião deliberativa da Comissão Legislativa Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados aprova proposta legislativa pelo limite dos juros no Brasil.

[auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros](https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros)

### Vote na enquete oficial da Câmara: Limite dos Juros Já!



[/auditoriacidada](https://www.instagram.com/auditoriacidada)  
[/AuditoriaCidadaDaDivida](https://www.youtube.com/AuditoriaCidadaDaDivida)  
[/auditoriacidada.pagina](https://www.facebook.com/auditoriacidada.pagina)  
[/auditoriacidada](https://www.tumblr.com/auditoriacidada)



## VOCÊ JÁ ESTÁ PARTICIPANDO?

### ACESSE DIVULGUE PARTICIPE

<https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/>

# Por que a estrutura do Estado está sucateada e a economia brasileira patina, se temos imensas riquezas sob todos os aspectos e TEMOS MANTIDO TRILHÕES EM CAIXA HÁ VÁRIOS ANOS?

- Chegamos a **R\$ 4,5 TRILHÕES** em caixa em **31/1/2023**:
  - **R\$ 1,606 TRILHÃO** na Conta Única do Tesouro Nacional,
  - **R\$ 1,223 TRILHÃO** no caixa do Banco Central, e
  - **R\$ 1,688 TRILHÃO** em Reservas Internacionais!

Fonte dos dados no artigo disponível em:

[https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist\\_estatisticasfiscais/202302\\_Tabelas\\_de\\_estatisticas\\_fiscais.xlsx](https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202302_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx) (Tabela 4, Linhas 44, 50 e 52), e Serie Temporal do BCB nº 13.621

**Lucro dos bancos seguiu aumentando**  
Ver "Assalto aos Cofres Públicos" <https://bit.ly/3xKnEp4>

# **Brasil:** Realidade de Abundância *versus* Cenário de Escassez



Ver diversos vídeos curtos em <https://bit.ly/33bVDd0>

# ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

## ➤ CONHECIMENTO DA REALIDADE

- Modelo Econômico Errado
- Sistema da Dívida
- Política Monetária suicida do BC



## ➤ MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE

## ➤ AÇÕES CONCRETAS

- Campanha pelo Limite dos Juros no Brasil <https://bit.ly/3oBmlG5>
- Campanha É HORA DE VIRAR O JOGO <https://bit.ly/33bVDd0>
- AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO **SOCIAL**
- Participar das convocações na página [www.auditoriacidada.org.br](http://www.auditoriacidada.org.br)

ACESSE

**AUDITORIACIDADA.ORG.BR**



**/AUDITORIACIDADA.PAGINA**



**/AUDITORIACIDADADADIVIDA**



**/AUDITORIACIDADABR**



**/AUDITORIACIDADA**



**Spotify.**



**Google Podcasts**

**#ÉHORADEVIRARAJOGO**

## Desafios e perspectivas para o funcionalismo federal

**1 - Desafio: Seguir negociação buscando a recuperação, ainda que gradativa das perdas do poder de compra**

**Perdas inflacionárias das remunerações dos servidores no período dos dois últimos presidentes, equivalente a 36,28%, sendo 26,94% apenas durante o governo Bolsonaro.**

**Reposição 2023 – 9% a partir de maio**

## Desafios e perspectivas para o funcionalismo federal

### **2 - Desafio: Reverter processo de desmonte, recuperando a estrutura e a força de trabalho na administração pública**

#### **Desmonte do período 2016/2022 – Reforma administrativa silenciosa**

- **Redução da máquina do Estado** – menos gastos (R\$ 68 bi em 2021) / privatização e terceirização
  - **Redução de despesas de pessoal, com:**
    - . **Redução do número de servidores através de menos concursos (reposição de aposentados e mortos) – 26/100 em 2021**
    - . **Extinção de cargos e funções gratificadas**
    - . **Aumento da terceirização**
    - . **Congelamento salarial**
  - **Redução de despesas de custeio e investimento, com fechamento de unidades, com desfazimento de prédios próprios e redução na manutenção da estrutura da administração pública**
  - **Processo de digitalização feito de forma açodada**
  - **Desmonte e início do processo de privatização/extinção do RPPS**



## Desafios e perspectivas para o funcionalismo federal

# CONTRATAÇÃO DE NOVOS FUNCIONÁRIOS ESTÁ NO MENOR NÍVEL DESDE 2007

nº de ingressos e aposentadorias no serviço público (em milhares)



dos admitidos em 2021, só 8,6% são concursados

Importante



Lula



Dilma



Temer



Bolsonaro

fonte: Painel Estatístico de Pessoal

## Desafios e perspectivas para o funcionalismo federal

### UNIÃO TEM O MENOR NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS ATIVOS DESDE 2011

número de funcionários públicos federais (em milhares)

● funcionários ativos ● aposentados e pensionistas



2010 2011



Lula



Dilma

2016



Temer

2019



Bolsonaro

2021  
(até out.)

fonte: Painel Estatístico de Pessoal

## Desafios e perspectivas para o funcionalismo federal

### **3 – Perda: Enfraquecimento das entidades sindicais ( “desfinanciamento”, ação dificultada de dirigentes, entre outros)**

#### **Desafio:**

- **Aprofundar na base e entre as lideranças a discussão sobre a organização sindical no serviço público brasileiro.**
- **Retomar a pressão (três Poderes) pela regulamentação e o fortalecimento da organização sindical no serviço público.**
- **Buscar a regulamentação da Convenção 151 da OIT.**
  - **negociação coletiva no serviço público (Brasil é signatário).**

**Projeto de regulamentação aprovado, sem voto contrario, no Senado e na Câmara dos Deputados e vetado por Temer, em 18/12/17. Veto mantido no Congresso.**

## Desafios e perspectivas para o funcionalismo federal

### Quais são os objetivos da Convenção 151?

Estende aos trabalhadores do serviço público as mesmas garantias e condições de associação e liberdade sindical asseguradas aos trabalhadores da iniciativa privada. Isto é:

- . Proteção contra os atos de discriminação que acarretem violação da liberdade sindical;
- . Independência das organizações de trabalhadores da função pública face às autoridades públicas;
- . Proteção contra atos de ingerência do governo na formação, funcionamento e administração dos sindicatos e centrais dos funcionários públicos;
- . Concessão de condições aos representantes das organizações reconhecidas dos funcionários públicos, com permissão para cumprir suas atividades, sejam durante suas horas de trabalho ou fora delas;
- . Instauração de processos que permitam a negociação das condições de trabalho entre as autoridades públicas interessadas e as organizações de trabalhadores da função pública;
- . Garantia dos direitos civis e políticos essenciais ao exercício normal da liberdade sindical.

## Desafios e perspectivas para o funcionalismo federal

**4 – Perda: Ausência de processo negocial durante os dois mandatos entre o governo e as entidades sindicais dos servidores**

**Desafio:**

**Investir na Mesa Nacional de Negociação Permanente**

**Principais pautas**

- . Regulamentação e fortalecimento da organização sindical no serviço público
- . Regulamentação da Convenção 151 da OIT – negociação coletiva no serviço público
- . Liberação de dirigentes sindicais – critérios, quantidade e ônus financeiro
- . Diretrizes gerais de carreiras
- . Diretrizes de teletrabalho
- . Nova proposta de reforma administrativa – atualização e modernização da administração pública **\*(retirada da PEC 32)**

## Arcabouço fiscal – principais pontos relativos à administração pública / servidores

### **Se as metas forem descumpridas por um ano, ficam proibidas:**

- Criação de cargos, empregos ou função que implique aumento de despesa
- Alteração na estrutura de carreira que implique em aumento de despesa
- Criação ou majoração de auxílios
- Criação de despesas obrigatórias
- Reajuste de despesas obrigatórias, com exceção do salário mínimo
- Concessão ou ampliação de benefício tributário
- Caso a meta for atingida, as medidas deixam de valer.

### **Se as metas forem descumpridas por dois anos, ficam proibidos:**

- Todas as medidas anteriores
- Aumento e reajuste de pessoal
- Admissão de pessoal
- Realização de concurso público

## Desafios e perspectivas para o funcionalismo federal

### 5 – Desafio: Estar preparado para relação com o Congresso na atual legislatura

#### Perfil mais conservador desde a redemocratização em 1985

**Liberal**, do ponto de vista econômico;

**Fiscalista**, do ponto de vista da gestão (corte de despesas públicas);

**Conservador**, do ponto de vista dos valores, costumes e comportamento;

**Mais à direita**, do ponto de vista ideológico, com segmento significativo da extrema-direita; e

**Atrasado**, em relação aos direitos humanos, tratamento de setores considerados minorias e ao meio ambiente.

Câmara dos Deputados:

• apoio consistente (situação):

140 deputados: PT (69), PDT (17), PSB (14), PSol + Rede (14), PCdoB (6), Avante (7), PV (6) e Solidariedade + Pros (7)  
= **27,29%**

• apoio condicionado (independentes)

206 deputados: União (59), PSD (42), MDB (42), Republicanos (40), Podemos + PSC (18), Patriota + PTB (5) = **40,16%**

• oposição

167 deputados: PL (99), PP (47), do PSDB + Cidadania (18) Novo (3) = **32,55%**

Situação + independentes = **346 (67,45%)**

Aprovação de Emenda Constitucional = **308 votos (60%)**



**Senado Federal:**

• **apoio consistente (situação):**

**15 senadores:** PT (9), PDT (3), PSB (1), Rede (1) e Pros (1) = **18,52%**

• **apoio condicionado (independentes)**

**35 senadores:** PSD (11), MDB (10), União (10), Republicanos (3) e Cidadania (1) = **43,21%**

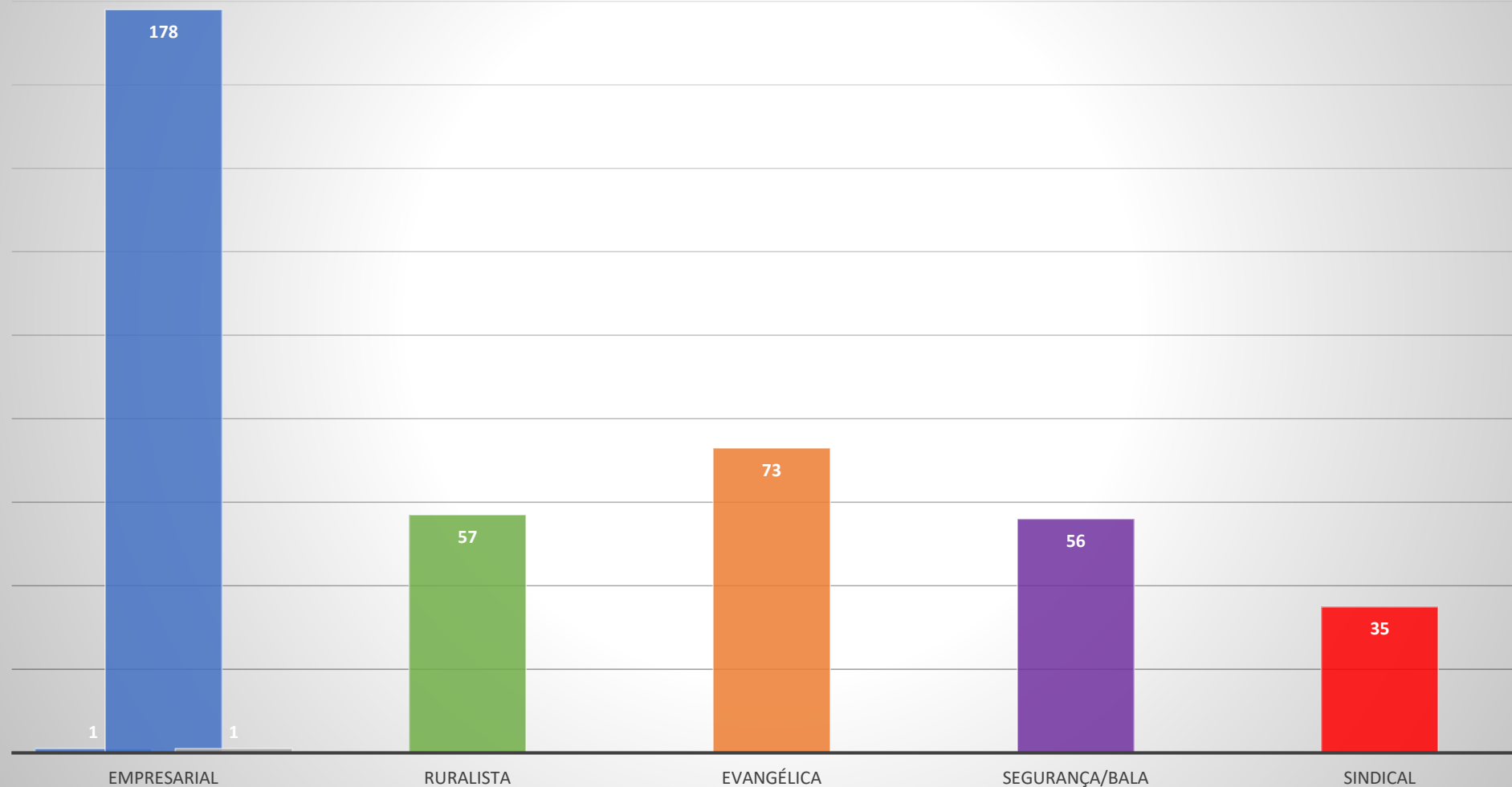
• **oposição**

**31 senadores:** PL (14), PP (6), Podemos (6), PSDB (4) e PSC (1) = **37,04%**

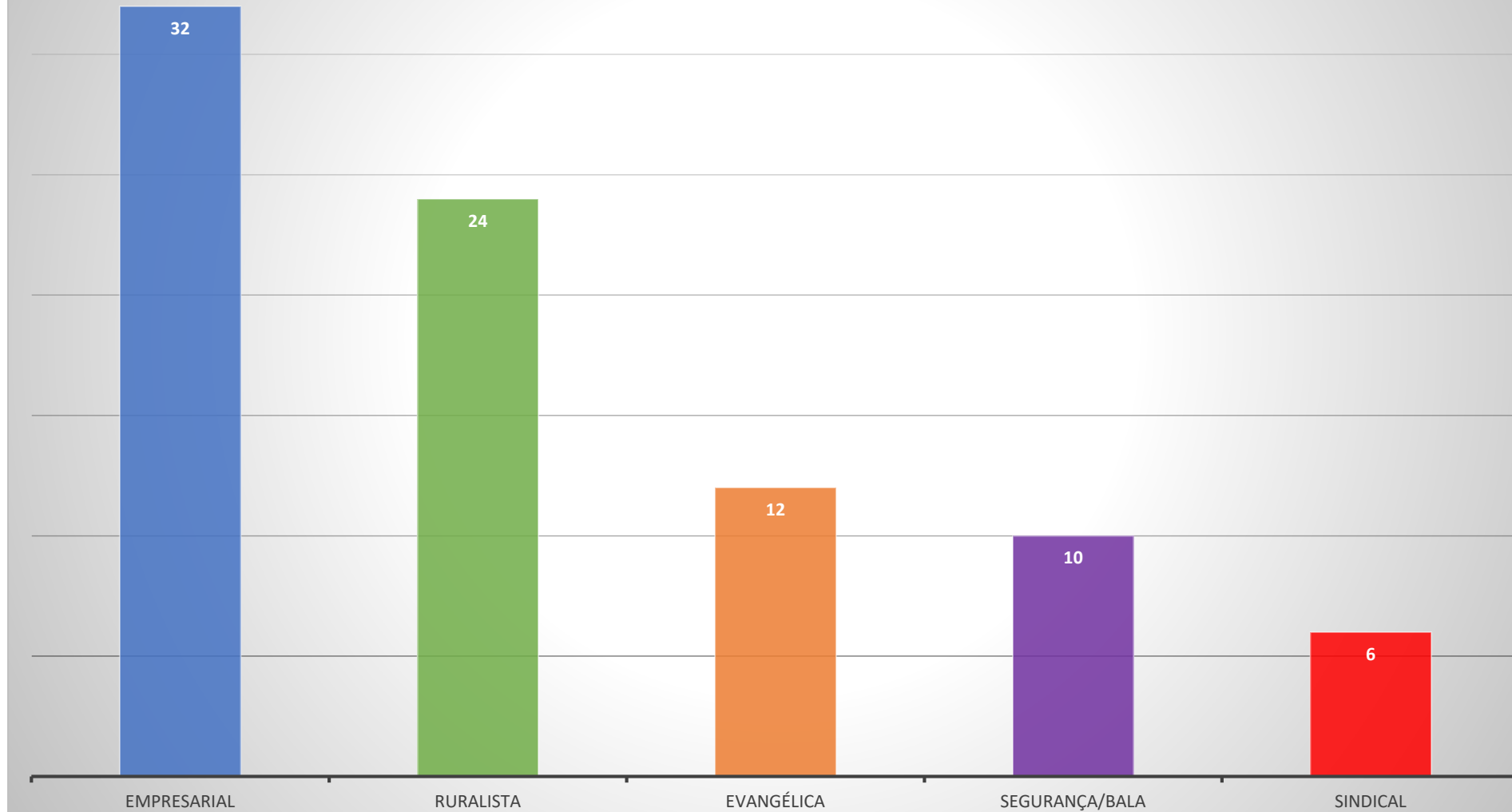
**Situação + independentes = 50 (61,73%)**

**Aprovação de Emenda Constitucional = 49 votos (60%)**

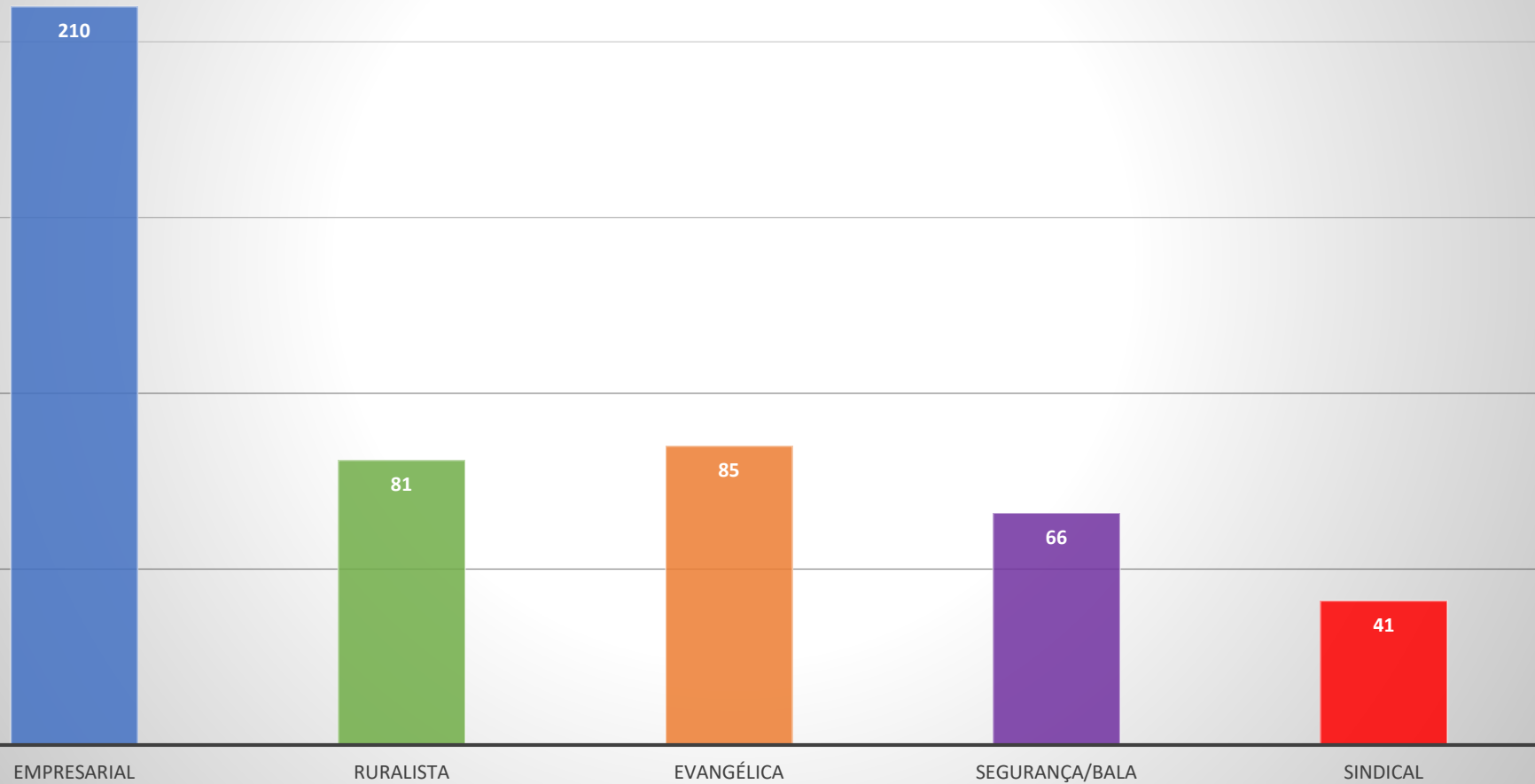
## Câmara - Principais bancadas eleitas em 2022



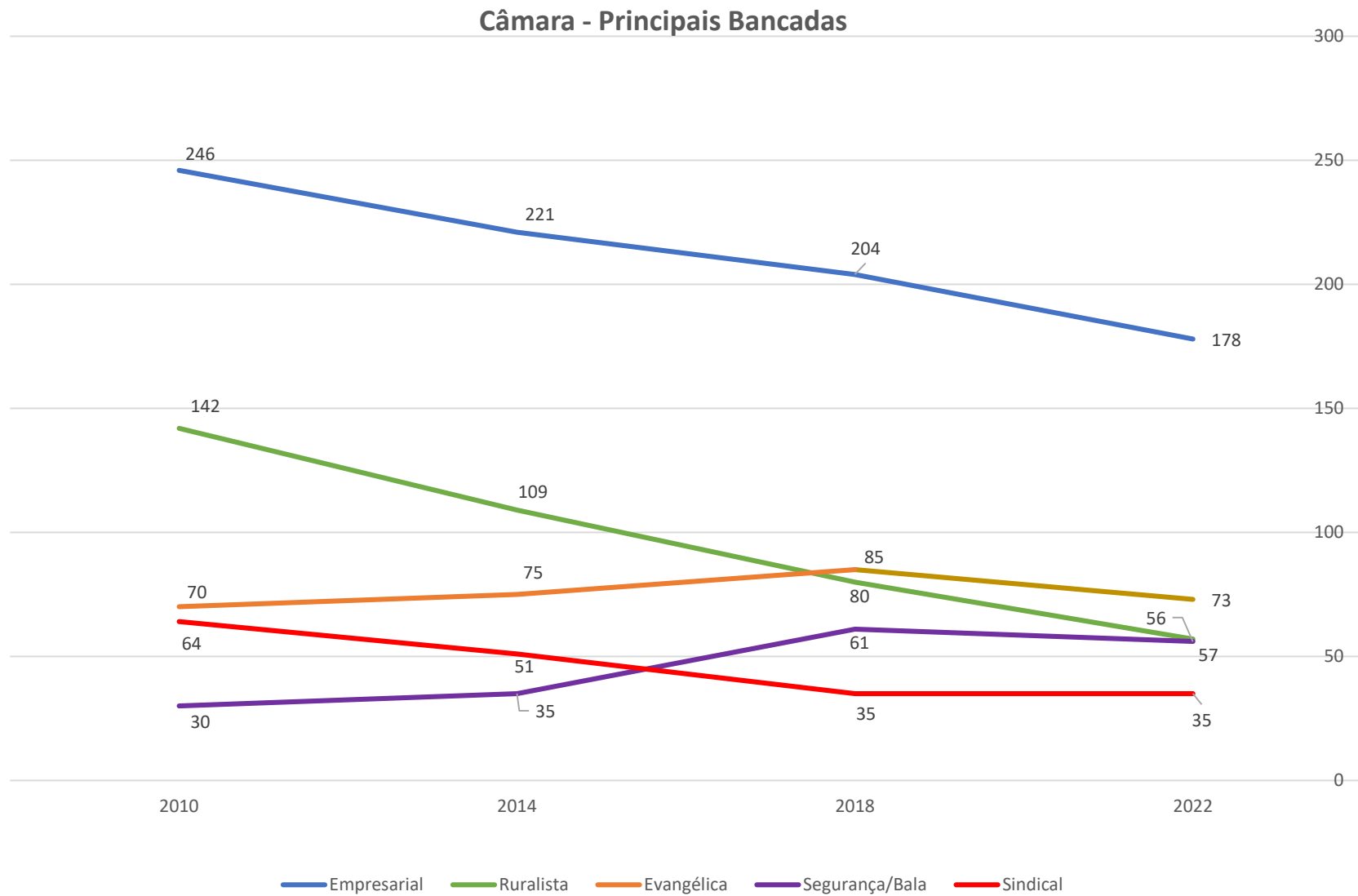
## Senado - Principais bancadas eleitas em 2022



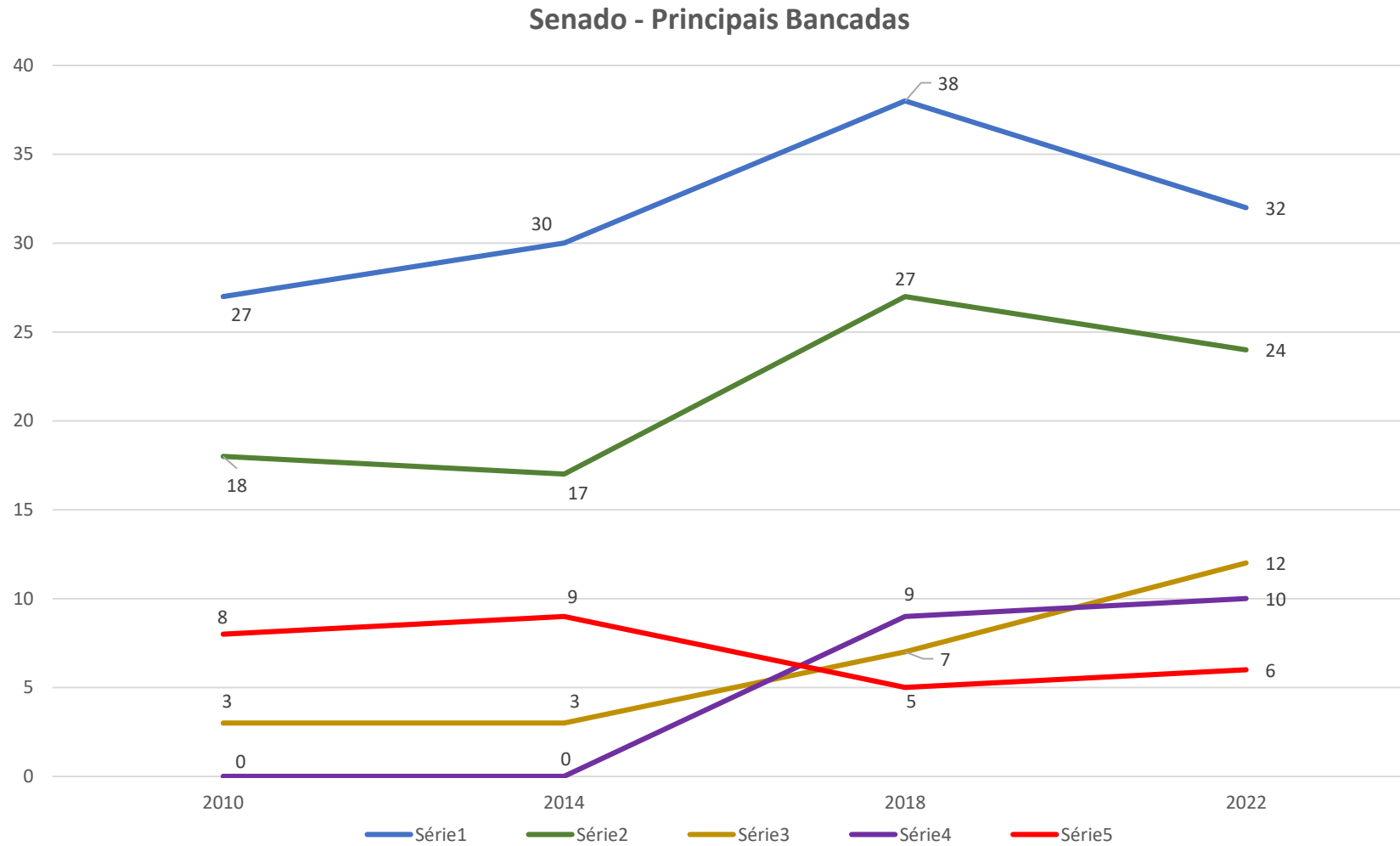
## Congresso - Principais bancadas eleitas em 2022



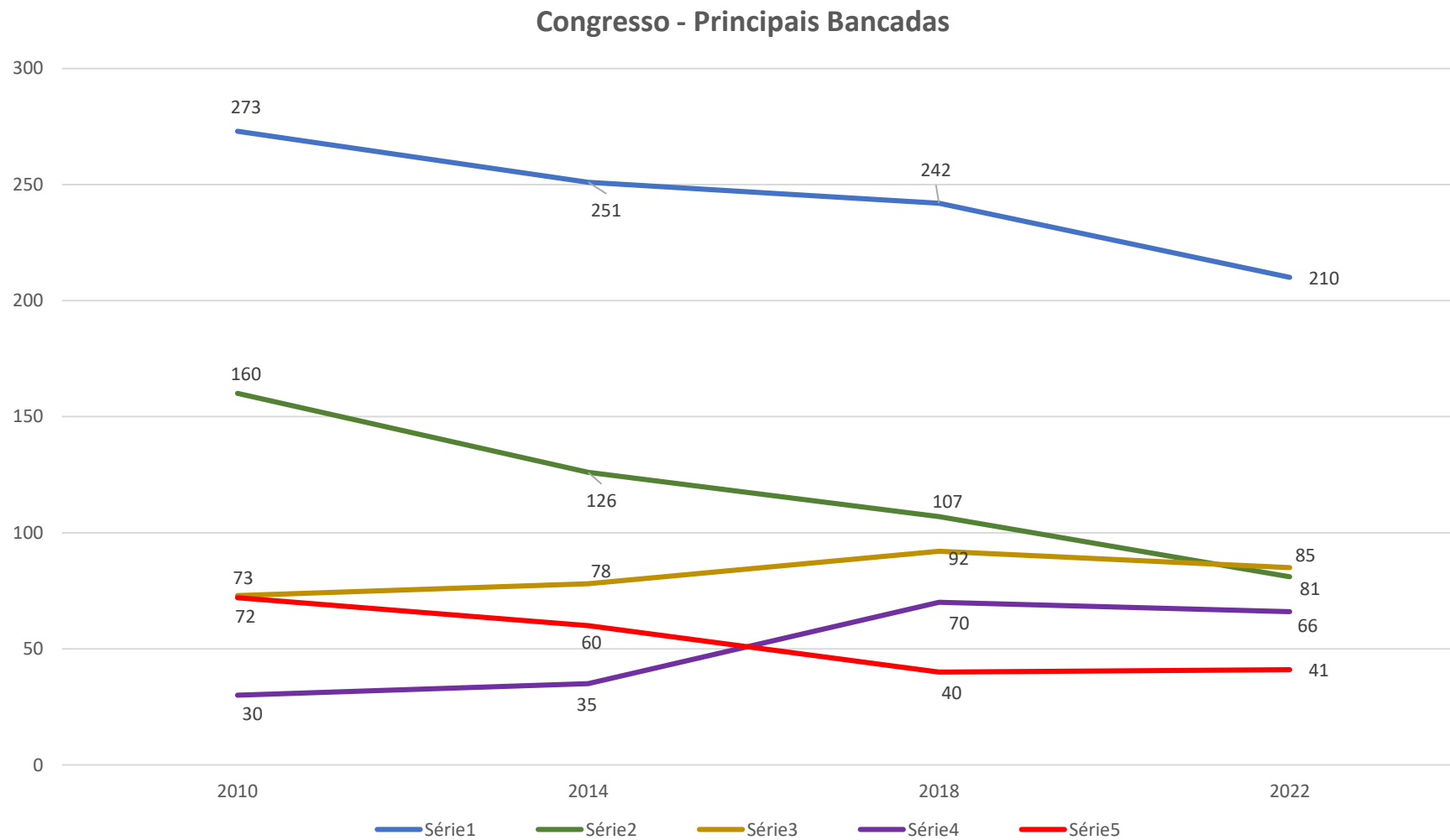
## Principais bancadas temáticas na Câmara dos Deputados



# Principais bancadas temáticas no Senado Federal



## Principais bancadas temáticas no Congresso Nacional



POLITICA

### **Sem maioria no Congresso e com resistências no MDB e União, governo Lula corre risco de derrotas em quatro MPs**

Legendas somam, juntas, 101 parlamentares na Câmara e 19 no Senado — ou seja, têm força suficiente para encaminhar decisivamente uma aprovação ou rejeição

por **BIANCA GOMES, GUILHERME CAETANO, SÉRGIO ROXO E BRUNO GÓES**

11/03/2023 às 04:30

atualizado 11/03/2023 às 04:30



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva 10/03/2023 - Foto: Cristiano Mariz



# Cenário turbulento

Ao menos quatro das 11 Medidas Provisórias devem sofrer resistência. Base "frágil", MDB e União devem dar trabalho ao governo na votação de algumas matérias

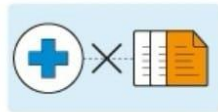
## MP DOS COMBUSTÍVEIS (1163/2023)



## MP DO CARF (1160/2023)



## MP DA FUNASA (1156/2023)



## MP DA ESPLANADA (MPV 1154/2023)



### O QUE DIZ

Medida retoma parcialmente a cobrança de tributos federais sobre o combustível.

Retoma o voto de qualidade, segundo o qual membros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), que julga litígios em matéria tributária e aduaneira, podem desempatar votações a favor da União.

Extingue a Fundação Nacional de Saúde, que cuida de obras de saneamento no país, sob o argumento de melhorar a gestão.

Medida estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

### POR QUE HÁ RESISTÊNCIA

Parlamentares argumentam que a desoneração vai impactar diretamente no bolso dos brasileiros. Ainda dizem que mudanças pretendidas pelo governo na política de preço da Petrobras seriam intervencionismo.

Proposta sofre pressão de parlamentares ligados ao setor empresarial, em especial da Frente Parlamentar do Empreendedorismo.

Entidade tradicionalmente comandada pelo Centrão, é vista como um ativo para os parlamentares, já que permitia o loteamento de cargos nas suas 26 superintendências e tinha alta capilaridade nos municípios.

Deputados e senadores da bancada ruralista criticam a ida da Companhia Nacional de Abastecimento, a Conab, do Ministério da Agricultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Brasil

### Como fez com Bolsonaro, Congresso impõe pautas e vende caro o apoio a Lula

Líderes parlamentares exigem se sentar à mesa com o governo Lula e participar da formulação dos projetos que serão votados

Raphael Veleda

18/03/2023 2:00, atualizado 18/03/2023 9:32

© Hugo Barreto/Metrópoles



O **governo Lula** entra no terceiro mês ainda sem saber como vai aprovar seus projetos no Congresso. A “frente ampla” reunida para a eleição e o **loteamento de ministérios e cargos para políticos** não se mostraram, até agora, suficientes para dar ao Executivo uma base que garanta o mínimo conforto no relacionamento com o Legislativo.

## Deputados federais eleitos por profissão

DEPUTADOS ELEITOS POR PROFISSÃO					
Profissão	Deputados				
Advogado (a)	103	Teólogo	4	Promotor de Justiça	2
Empresário (a)	84	Assistente Social	3	Trabalhador rural	2
Professor (a)	50	Atleta	3	Turismólogo	2
Produtor (a) rural	40	Ator	3	Assessor	1
Médico (a)	36	Dirigente desportivo	3	Ativista Social	1
Administrador (a)	33	Influenciador digital	3	Autônomo	1
Engenheiro (a)	26	Sacerdote católico	3	Bibliotecário	1
Jornalista	23	Ambientalista	2	Caminhoneiro	1
Policial	21	Auditor	2	Cientista militar	1
Pastor	17	Auxiliar de Enfermagem	2	Cientista Social	1
Bacharel em Direito	16	Biólogo (a)	2	Dona de casa	1
Economista	14	Bombeiro Militar	2	Eletrotécnico	1
Delegado (a)	13	Cantor	2	Escrevente	1
Servidor (a) público (a)	12	Comerciário	2	Escrivão	1
Político (a)	10	Contador	2	Farmacêutico (a)	1
Gestor (a) público (a)	6	Corretor de imóveis	2	Geógrafo	1
Radialista	6	Defensor público	2	Geólogo	1
Bancário (a)	5	Estudante	2	Gerente de projetos	1
Bispo evangélico	5	Fisioterapeuta	2	Metalúrgico	1
Comerciante	5	Graduado Ciências da Computação	2	Músico	1
Escritor (a)	5	Historiador (a)	2	Oficial de Justiça	1
Militar	5	investidor (a)	2	Paraquedista militar	1
Pedagogo (a)	5	Procurador (a)	2	Pescador	1
Apresentador	4	Promotor de Justiça	2	Psicanalista	1
Arquiteto (a)	4	Trabalhador rural	2	Psicólogo	1
Cientista político	4	Turismólogo	2	Psicopedagogo	1
Comunicador (a)	4	Assessor	1	Públicitária	1
Enfermeiro (a)	4	Ativista Social	1	Sanitarista	1
Teólogo	4	Autônomo	1	Sociólogo	1
Assistente Social	3	Bibliotecário	1	Técnico agrícola	1
Atleta	3	Caminhoneiro	1	Veterinário	1
		Cientista militar	1		
		Cientista Social	1		
		Dona de casa	1		
		Eletrotécnico	1		

**Obs:** O número de profissões/ocupações é maior que o de deputados (513) porque diversos deputados declararam ter duas ou três

**Fonte:** Diap

## Algumas manchetes na imprensa em relação ao Congresso Nacional eleito em 2022

### **Partidos que mais elegeram deputados federais negros são de direita (Folha de São Paulo)**

Crescimento das autodeclarações ocorre após instituição do peso dobrado na distribuição dos fundos partidários e eleitoral

### **PL avança no Nordeste e é o partido com mais deputados federais eleitos na região (G1)**

Partido saltou da 6ª para a 1ª maior bancada da região na Câmara dos Deputados em relação à votação de 2018. Das 99 cadeiras ocupadas pelo PL nas eleições de 2022, 23 são do Nordeste

### **Grandes igrejas evangélicas aumentam poder no Congresso e bancada fica mais “conservadora”. (Estadão)**

Até setembro de 2022, menos de 1 mês da eleição, 69% dos eleitores ainda não haviam definido voto para deputado federal (Datafolha)

Tradicionalmente, próximo ao final dos mandatos, dois terços dos eleitores desaprovam deputados, mas não se lembram em quem votaram na última eleição(Quaest)

## A importância da organização dos servidores na luta em sua defesa e do serviço público



**“Lula pede que centrais sindicais façam pressão em seu governo”**



FOLHA DE S.PAULO



stf invasão em brasília folhajes datafolha



DE 16 A 20 DE MAIO  
**HILUX SRX 2023** COM R\$ 25.000  
A PRONTA-ENTREGA DE BÔNUS

GOVERNO LULA · CONGRESSO NACIONAL

## Lula volta a estimular que militância pressione políticos em suas casas

Em evento com sindicatos, presidente também chamou novamente Jair Bolsonaro de golpista e genocida



Renato Machado

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio [Lula](#) da Silva (PT) voltou a instigar a militância para que pressione autoridades públicas em suas próprias residências, mas desde que seja feito com "muita educação".

A fala aconteceu durante evento no Palácio do Planalto, para sancionar o reajuste de 9% para servidores públicos federais civis, nesta sexta-feira (28).



## Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023

**GT 1: Modificação dos cargos (Gestor p/ Analista); Atribuições dos cargos de analista ambiental e administrativo e de técnico ambiental e administrativo, Reversão da natureza de “cargo em extinção” do nível auxiliar; Criação do cargo de auxiliar ambiental; Transformação dos servidores ativos do PECMA para o quadro da CEMA**

**Facilitadoras:** Lindalva Ferreira Cavalcanti e Thayane de Souza Santos

**Participantes:** Alessandro G. de Paula, André Sartori, Cristiane R. Figueiredo, Eduardo S. Soares, Lilian F. de Sousa, Lindalva F. Cavalcanti, Marcello Borges, Marcelo Dias, Pablo Saldo, Poliana Tapajós, Thayane S. Santos

Cargo	Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
Gestor Ambiental  Gestor Administrativo	<p><b>MODIFICAÇÃO DOS CARGOS</b></p> <p>Propõe-se a transformação dos cargos atuais de nível superior do MMA de Gestor Ambiental e Gestor Administrativo em Analista Ambiental e Analista Administrativo, respectivamente. Dessa forma, os Analistas Ambientais ou Administrativos poderão ser lotados e eventualmente redistribuídos entre</p>	Mantém-se	Mantém-se	<b>MANTÉM-SE A PROPOSTA ATUAL</b>



**Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA  
DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023**

Cargo	Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
	todos os órgãos ambientais federais. Assim, as atuais atribuições dos Gestores deverão ser integralmente incorporadas às atribuições dos Analistas.			
Analista Ambiental	<b>ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE ANALISTA AMBIENTAL (MMA E AUTARQUIAS)</b>  I - Gestão governamental relativa à formulação e avaliação de políticas públicas ambientais;  II - Proposição de soluções de integração entre políticas ambientais e demais setores, baseando-se no desenvolvimento sustentável;  III - Proposição de mecanismos econômicos e sociais à melhoria da qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais;	Mantém-se	Mantém-se	MANTÉM-SE A PROPOSTA ATUAL  TAMBÉM FOI APROVADO NA ASSEMBLEIA QUE SE ADICIONE AS ATRIBUIÇÕES JÁ VIGENTES À LEGISLAÇÃO.



**Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA  
DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023**

Cargo	Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
	<p>IV – Planejamento, zoneamento ambiental e monitoramento ambiental;</p> <p>V - Serviços especializados para a execução dos quais se exige dos titulares, concursados para o devido fim, o registro no órgão fiscalizador do exercício da profissão ou o domínio de habilidades específicas, a critério da administração; dentre outros.</p>			
<p align="center">Analista Administrativo</p>	<p><b>ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE ANALISTA ADMINISTRATIVO (MMA E AUTARQUIAS)</b></p> <p>Atividades administrativas e logísticas relacionadas à Administração Pública Federal:</p> <p>I - Recursos humanos;</p> <p>II - Material e patrimônio;</p>	<p align="center">Mantém-se</p>	<p align="center">Mantém-se</p>	<p align="center"><b>MANTÉM-SE A PROPOSTA ATUAL</b></p>





## Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023

Cargo	Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
	III - Licitações e contratos; IV - Orçamento e finanças; V - Controle interno e auditoria; VI - Transporte e outras atividades complementares de apoio administrativo.			
Téc. Ambiental	<p><b>ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE TÉCNICO AMBIENTAL (MMA E AUTARQUIAS)</b></p> I - Suporte e apoio técnico-especializado às atividades dos Analistas Ambientais Federais; II - Coleta, seleção e tratamento de dados e informações voltadas às atividades finalísticas; III - Orientação e aplicação de técnicas e procedimentos de	Mantém-se	Mantém-se	<p style="background-color: red; color: white; padding: 2px;"><b>A ASSEMBLEIA REJEITOU A PROPOSTA ATUAL.</b></p> <p style="background-color: yellow; padding: 2px;"><b>FOI APROVADO NA ASSEMBLEIA QUE A REDAÇÃO ORIGINAL DA LEI 10.410/2002 DEVERÁ SER MANTIDA.</b></p> <p>Art. 6 São atribuições dos titulares do cargo de Técnico Ambiental:</p> <p>I – prestação de suporte e apoio técnico especializado às atividades</p>



**Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA  
DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023**

Cargo	Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	<b>Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023</b>
	<p>conservação, pesquisa, proteção e defesa ambiental;</p> <p>IV - Fiscalização ambiental federal por meio do exercício do poder de polícia ambiental, conforme regulamento.</p>			<p>dos Gestores e Analistas Ambientais;</p> <p>II – execução de atividades de coleta, seleção e tratamento de dados e informações especializadas voltadas para as atividades finalísticas; e</p> <p>III – orientação e controle de processos voltados às áreas de conservação, pesquisa, proteção e defesa ambiental.</p> <p>Parágrafo único. O exercício das atividades de fiscalização pelos titulares dos cargos de Técnico Ambiental deverá ser precedido de ato de designação próprio da autoridade ambiental à qual estejam vinculados e dar-se-á na forma de norma a ser baixada pelo Ibama ou pelo Instituto Chico</p>



**Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA  
DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023**

Cargo	Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
				Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, conforme o Quadro de Pessoal a que pertencerem.
Téc. Administrativo	<p><b>ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO (MMA E AUTARQUIAS)</b></p> <p>Atuação em atividades administrativas e logísticas de apoio especializado, relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do MMA, IBAMA, SFB e Instituto Chico Mendes.</p>	Mantém-se	Mantém-se	<b>MANTÉM-SE A PROPOSTA ATUAL</b>
Auxiliar Administrativo	<p><b>REVERSÃO DA NATUREZA DE “CARGO EM EXTINÇÃO” DO NÍVEL AUXILIAR</b></p> <p>Reversão imediata da natureza de “cargo em extinção” a que está</p>	Mantém-se	<b>Não está contemplado</b>	<b>MANTÉM-SE A PROPOSTA ATUAL</b>



**Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA  
DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023**

Cargo	Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
	relegado o Nível Auxiliar com a realização de concursos e estabelecimento de uma tabela completa para todas as classes e padrões, igual às dos Níveis Intermediário e Superior, nos termos desta proposta.			
Auxiliar Ambiental	<b>CRIAÇÃO DO CARGO DE AUXILIAR AMBIENTAL COM AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES (AUTARQUIAS)</b>  O desempenho das atividades permanentes do IBAMA, do SFB e do Instituto Chico Mendes, de nível básico e natureza finalística, necessárias ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo das três autarquias.	Mantém-se	Não está contemplado	MANTÉM-SE A PROPOSTA ATUAL



## Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023

Cargo	Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
	O cargo de Auxiliar Ambiental é necessário, considerando-se o grau de complexidade de tarefas necessárias em unidades de conservação e em parte dos centros de pesquisa e conservação, principalmente aqueles da fauna e flora, a exemplo das atividades de mateiro, tratador de animais, combate a incêndio, dentre outras			
-----	-----	-----	-----	<p style="background-color: yellow;">FOI APROVADO NA ASSEMBLEIA QUE DEVERÁ SER INSERIDO NO TEXTO DA PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO, APÓS O ART. 9º DA LEI Nº 10.410/2002:</p> <p>Art. 9-A Será definida em instrumento próprio, para cada grupo de unidades organizacionais</p>



## Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023

Cargo	Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
				com atividades de gestão semelhantes, as atividades a serem executadas por analistas, técnicos e auxiliares.
-----		<p style="text-align: center;"><b>TRANSFORMAÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS DO PECMA PARA O QUADRO DA CEMA</b></p> <p>Situação que deverá ser resolvida de imediato pelo Ministério do Meio para transformação dos servidores que estão no quadro ativo para a CEMA, nos moldes que, por exemplo, está ocorrendo no PL da AGU, com isso esses servidores, serão transformados em Técnico Administrativo da CEMA</p>	Mantém-se	<b>MANTÉM-SE A PROPOSTA ATUAL</b>



## Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023

**GT 2: Criação de novas vagas; Formas de ingresso; Exigência de graduação superior para os cargos de técnico administrativo e ambiental; Jornada de trabalho; Remoção e redistribuição**

**Facilitadores:**

**Participantes:** Alessandro Piazzio Pinheiro, Amanda Nery, André Oliveira, Brayan Maia, Breno Andrade, Clara de Sena Costa, Filipe Vasconcelos, Grazielle Diniz, Mariana Carvalho, Ni Nagamine Pinheiro, Pedro Dantas, Sheila Patricia Santos Feitosa, Soraya Nascimento, Théo Sisle Zeron, Vitor Vasconcelos, Wallace Gomes

Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
<p><b>CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS POR MEIO DE CONCURSO PÚBLICO</b></p> <p>O levantamento realizado em 2009 apontou a necessidade dos seguintes quantitativos presentes no Aviso Ministerial nº 238/09-MMA e que deverão ser atualizados:</p> <p>a) <b>MMA:</b> 400 cargos efetivos de Analista e Técnico Ambientais e Administrativos;</p> <p>b) <b>IBAMA:</b> 1.700 cargos efetivos de Analista Ambiental Federal, 750 cargos de Técnico Ambiental Federal e 100 cargos efetivos de Auxiliar Ambiental</p>	<p>Mantém-se</p>	<p><b>Não está contemplado</b></p>	<p><b>MANTÉM-SE A PROPOSTA ATUAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>É importante que se pressione para a realização de concursos públicos, contemplando Analista Administrativo e Técnico Administrativo em todos os órgãos.</li><li>Necessário atualizar os números de vagas para cada cargo/órgão.</li></ul>



## Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023

Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
<p>Federal;</p> <p><b>c) SFB:</b> 700 cargos efetivos de Analista Ambiental Federal, 60 cargos efetivos de Técnico Ambiental Federal e 30 cargos efetivos de Auxiliar Ambiental Federal; e</p> <p><b>d) Instituto Chico Mendes:</b> 1.300 cargos efetivos de Analista Ambiental Federal, 750 cargos efetivos de Técnico Ambiental Federal e 200 cargos efetivos de Auxiliar Ambiental Federal.</p>			
<p><b>FORMAS DE INGRESSO</b></p> <p>A forma de ingresso nos cargos da Carreira se dará por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, respeitada a legislação específica, sendo que:</p> <p>- o concurso poderá, quando couber, ser realizado por áreas de atividade ou especialização e será organizado em</p>	Mantém-se	Mantém-se	<p style="background-color: yellow;"><b>MANTÉM-SE A PROPOSTA ATUAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Importante ressaltar que a realização de concurso por áreas de atividade ou especialização já está prevista na Lei 10.410/2002. Se o concurso for por temas,</li> </ul>





## Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023

Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
<p>uma ou mais fases, incluindo curso de formação obrigatório e de caráter classificatório;</p> <p>- poderão ser estabelecidos no edital, requisitos específicos de formação, nos casos que houver exigência legal.</p>			considerar a setorização do órgão.
	<p><b>EXIGÊNCIA DE GRADUAÇÃO PARA OS CARGOS DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL</b></p> <p>Deverá ser alterada a Lei nº 10.410/02, quanto à exigência para o ingresso nos cargos de técnico administrativo e ambiental nos seguintes termos:</p> <p><i>Art. 11. O ingresso nos cargos da Carreira de Especialista em Meio Ambiente referidos no art. 1º desta Lei ocorrerá mediante aprovação prévia em concurso público, de</i></p>	Mantém-se	<b>MANTÉM-SE A PROPOSTA ATUAL</b>



## Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023

Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
	<p><i>provas ou de provas e títulos, no padrão inicial da classe inicial.</i></p> <p><i>§ 2º. São requisitos de escolaridade para ingresso nos cargos referidos no art. 1º: I - diploma de graduação em nível superior ou habilitação legal equivalente, para os cargos de Gestor Ambiental e Gestor Administrativo, Analista Ambiental, Analista Administrativo, Técnico Ambiental e Técnico Administrativo;</i></p> <p>Esta alteração na redação da Lei nº 10.410/02 atenderá os servidores Técnico Administrativo e Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA.</p> <p>O embasamento para esta alteração encontra-se no Relatório</p>		



## Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023

Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
	Grupo de Trabalho do Nível Intermediário.		
<b>JORNADA DE TRABALHO</b>  Jornada com redução de 40 para 30 horas, na forma de 6 horas corridas diárias, sem diminuir a remuneração - ressalvadas as hipóteses amparadas em legislação específica -, a fim de propiciar o funcionamento dos órgãos em 2 turnos, quando couber, e que deverão ser regulamentadas pelos titulares dos Órgãos que integram a Carreira, no prazo de 120 dias a contar da data de publicação do ato legal.	Mantém-se	<b>Não está contemplado</b>	<b>MANTÉM-SE A PROPOSTA ATUAL</b> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ A justificativa dada pelo MMA em 2018 não foi satisfatória e, mesmo com a implementação do teletrabalho, cabe discutir a redução da jornada a nível ministerial.</li><li>▪ Essa é uma luta que deve ser tratada com as Entidades nacionais de servidores públicos, a exemplo da CONDSEF.</li></ul>



## Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023

Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
			TAMBÉM FOI APROVADO NA ASSEMBLEIA QUE A ASIBAMA-DF E A ASCEMA NACIONAL PRESSIONEM O MMA PARA QUE O SFB TENHA, O MAIS BREVE POSSÍVEL, O PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO (PGD)
<p><b>REMOÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO</b></p> <p>Deverá ser debatida democraticamente e implementada, até janeiro de 2016, uma política transparente e com critérios objetivos de remoção e redistribuição dos servidores da Carreira, com a redução do tempo mínimo de 5 para 3 anos para a mudança de lotação dos novos servidores.</p>	<p>Deverá ser debatida democraticamente e implementada, uma política transparente e com critérios objetivos de remoção e redistribuição dos servidores da Carreira, com a redução do tempo mínimo de 5 para 3 anos para a mudança de lotação dos novos servidores.</p>	<p><b>Não está contemplado</b></p>	<p style="background-color: yellow;">MANTÉM-SE A PROPOSTA ATUAL</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não há justificativa válida para o tempo de 5 anos - inclusive após a nova portaria de PGD.</li> <li>▪ A remoção exige obrigatoriamente concursos periódicos para o IBAMA e ICMBio, a fim de evitar esvaziamento desses órgãos, em especial em áreas mais críticas como a Amazônia Legal.</li> </ul>



## Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023

### GT 3: Programas de capacitação; Carreira gerencial; Revogação de dispositivos do PECMA que tratam da promoção; Inclusão da pesquisa científica a todas as autarquias; Transversalidade e supervisão da Carreira de Especialista em Meio Ambiente

**Facilitadoras:** Daniele Gomes de Andrade e Beatriz da Silva

**Participantes:** André Luiz de Bem, Beatriz da Silva, Daniele Gomes de Andrade, Isabela Mirna M. Lourenço, Isadora Iensen Albanio, Karine Bernardes de Souza, Letícia Nascimento Vimeney, Tainã Rapp Py-Daniel, Vera Maria da Costa Nascimento

Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
<b>PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO</b> O MMA, IBAMA, Serviço Florestal Brasileiro e Instituto Chico Mendes destinarão, no mínimo, 2% (dois por cento) de seus orçamentos anuais para execução dos programas de capacitação.	Mantém-se	Não cita	<b>MANTÉM-SE A PROPOSTA ATUAL</b> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ O percentual poderá ser objeto de atualização.</li><li>▪ Deve existir previsão legal de planejamento anual.</li></ul>
<b>CARREIRA GERENCIAL</b> Ficam criadas no âmbito da Administração Pública Federal funções de confiança denominadas Funções Comissionadas Ambientais - FCAs, de exercício privativo dos servidores da Carreira e do PECMA. Em processo de	Mantém-se	Não cita	<b>MANTÉM-SE A PROPOSTA ATUAL</b> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Revisar os quantitativos.</li><li>▪ Estabelecer um percentual mínimo de destinação das FCAs</li></ul>



## Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023

Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
<p>escolha democrático, transparente, com critérios claros e participação da representação dos servidores e, quando couber, da sociedade civil.</p> <p>O levantamento realizado em 2009 e constante no Aviso Ministerial nº 238/09-MMA apontou a necessidade dos seguintes quantitativos, que totalizavam à época 1.950 FCAs e deverão ser atualizados:</p> <p><b>a) MMA:</b> 110 FCAs, sendo, sete FCA-1; cinquenta e cinco FCA-2; vinte e três FCA-3 e vinte e três FCA-4;</p> <p><b>b) IBAMA:</b> 600 FCAs, sendo, cento e trinta FCA-1; duzentos e setenta e quatro FCA-2; cento e quarenta e duas FCA-3 e cinquenta e quatro FCA-4;</p> <p><b>c) Serviço Florestal Brasileiro:</b> 211 FCAs, sendo quarenta e quatro FCA-1; oitenta FCA-2; sessenta e uma FCA-3 e vinte e seis FCA-4; e</p>			<p>para as unidades descentralizadas.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Definir estratégica para os territórios prioritários (Amazônia Legal; Pantanal etc.).</li></ul>



## Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023

Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
<p><b>d) Instituto Chico Mendes:</b> 1.029 FCAs, sendo duzentos e cinquenta e seis FCA-1; trezentos e vinte FCA-2; quatrocentos e quinze FCA-3 e trinta e oito FCA-4.</p> <p>Criação das funções de confiança denominadas Funções Comissionadas Ambientais, de exercício privativo dos servidores da Carreira e do PECMA, prezando pela transparência e participação dos servidores e, quando couber, da sociedade civil no processo de seleção.</p> <p>De exercício privativo por servidores ativos nos órgãos da Carreira e do PECMA, as FCAs são estruturadas em quatro níveis, com remunerações equivalentes às opções dos cargos DAS de níveis correspondentes.</p> <p>A criação de FCAs para o MMA, IBAMA, SFB e Instituto Chico Mendes tomou por base os moldes adotados para o INSS, DNPM, FNDE, INPI, FCPRF e objetivam contribuir para a profissionalização dos postos de gerência operacional, atuando para implementar um processo que contemple a formação de quadros e a escolha dos</p>			



## Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023

Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
titulares dos cargos em processos pautados pela transparência e pelo mérito profissional.			
<p><b>REVOGAÇÃO DE DISPOSITIVOS DO PECMA QUE TRATAM DA PROMOÇÃO</b></p> <p>Revogar os §§ 3º e 4º do art. 72 da Lei nº 11.357/06, que tratam da definição de quantitativos de vagas por classe, destinados à promoção funcional.</p> <p>Considerando que, pelos acordos assinados com o governo, o PECMA é espelho da CEMA, inserir na Lei nº 11.357/06, os artigos correspondentes da Lei nº 10.410/02 que versam sobre a progressão funcional.</p>	Mantém-se	Não cita	<b>MANTÉM-SE A PROPOSTA ATUAL</b>
<p><b>INCLUSÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA A TODAS AS AUTARQUIAS</b></p> <p>Ficam autorizados o IBAMA, o Serviço Florestal Brasileiro e o Instituto Chico Mendes a promover, realizar e divulgar o ensino e as pesquisas técnico-científicas sobre os recursos ambientais do Brasil, visando o</p>	Mantém-se	Não cita	<b>MANTÉM-SE A PROPOSTA ATUAL</b>





## Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023

Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
conhecimento e a conservação da biodiversidade, da geodiversidade e da sociodiversidade.			<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Destinar carga horária do tempo de trabalho dos servidores para pesquisas;</li> <li>▪ Estabelecer percentual mínimo de destinação de recursos como foi proposto para a capacitação;</li> <li>▪ Prever parcerias com instituições de pesquisa;</li> <li>▪ Autorizar assinatura der ACT, convênios etc. para o desenvolvimento de pesquisas.</li> </ul>
<p><b>TRANSVERSALIDADE E SUPERVISÃO DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE</b></p> <p>A Carreira será uma carreira transversal, com possibilidade de lotação em órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, à semelhança das seguintes Carreiras: de Planejamento e Orçamento (Decreto-Lei nº 2.347/87),</p>	Mantém-se	<b>Não está contemplado</b>	<p style="background-color: yellow;"><b>MANTÉM-SE A PROPOSTA ATUAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cargos da Carreira para outras instituições, exercendo as atribuições do cargo, com publicidade e oportunidade por meio de Editais de Remoção entre as instituições ambientais</li> </ul>



## Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023

Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
<p>de Analista de Infraestrutura (Lei nº 11.539/07), de Desenvolvimento de Políticas Sociais (Lei nº 12.094/09) e de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Lei nº 7.834/89).</p> <p>A Carreira será supervisionada pelo MMA e aplicada de acordo com as diretrizes definidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.</p>			<ul style="list-style-type: none"><li>✓ IBAMA &lt;--&gt; ICMBio.</li><li>✓ IBAMA &lt;---&gt; SFB.</li><li>✓ ICMBio &lt;---&gt; SFB.</li><li>✓ MMA &lt;--&gt; IBAMA.</li><li>✓ MMA &lt;--&gt; ICMBio.</li></ul>



## Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023

### GT 4: Paridade e integralidade dos aposentados e pensionistas com os ativos; Extensão da GQ aos aposentados e instituidores de pensão

**Facilitadora:** Amanda Caroline Cavalcante

**Participantes:** Amanda Caroline Cavalcante, Elizabeth M. Braga, Sérgio Martinez

Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
<p><b>PARIDADE E INTEGRALIDADE DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS COM OS ATIVOS, CONFORME GARANTE A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 47/2005</b></p> <p>Inserir artigo na Lei nº 11.156, de 1º de agosto de 2005, com a seguinte redação:</p> <p>“A concessão da aposentadoria na forma dos artigos 3º, 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e 3ª da Emenda Constitucional nº 47 de 2005, o cálculo dos proventos, somente integrais, corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei (art. 189, remete ao art. 41, da Lei nº 8.112/90).”</p>	Mantém-se	Não está contemplada	<b>MANTÉM-SE A PROPOSTA ATUAL</b>



**Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA**  
**DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023**

Vale observar que qualquer vantagem pecuniária de natureza permanente integra a base de contribuição.			
<b>EXTENSÃO DA GQ AOS APOSENTADOS E INSTITUIDORES DE PENSÃO</b> Inserir artigo na Lei nº 12.778/2012 estendendo as GQs aos aposentados e instituidores de pensão da CEMA e do PECMA, desde que estes, antes da aposentadoria ou da instituição da pensão, tenham concluído as exigências cabíveis, conforme regulamento.	Mantém-se	Não está contemplada	<b>MANTÉM-SE A PROPOSTA ATUAL</b>



## Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023

### GT 5: Estrutura remuneratória; Criação da Gratificação de Atividades de Risco – GAR; Indenização de Fronteira (inclusão da área ambiental federal na Lei nº 12.855/2013); Autarquiaização do SFB

**Facilitadores:** Silvia Nascimento Viana e Gabriel Paiva

**Participantes:** Alex Sandro Graef, Antonio José do Nascimento Junior, Bernardo Denicoli Pedrosa, Felipe Domingos de Souza, Fernando de Souza, Gabriel Paiva de Carvalho, Gabrielle Brito do Vale, Giovane Ferreira de Brito, Guilherme L. Cavalcanti Boiteux, Josiane Goulart Batista, Maria Luiza Rodrigues, Matheus Iaghi Sabóia, Matheus S. Santos, Miquéias Ribeiro da Silva, Otávio S. R. Cardoso, Pedro de A. Salles, Samuel Couto, Silvia Nascimento Viana, Vanessa Pozzi Zoch, Vera Ellen de Freitas

Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
<p><b>PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DOS CARGOS DA CEMA</b></p> <p>I. Vencimento Básico;</p> <p>II. Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental - GDAEM e Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa do Meio Ambiente - GDAMB (Lei no 11.156/05) e Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Executiva e de Suporte do Meio Ambiente - GTEMA (Lei nº 11.357/06);</p>	Mantém-se	Mantém-se	<p>FOI APROVADA NA ASSEMBLEIA A REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIO.</p> <p>FOI APROVADA NA ASSEMBLEIA A ALTERAÇÃO DE NOMENCLATURA DO CARGO DE ANALISTA AMBIENTAL PARA AUDITOR AMBIENTAL.</p> <p>FOI APROVADA NA ASSEMBLEIA PROPORÇÃO ENTRE A REMUNERAÇÃO TOTAL (RT) DE</p>



## Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023

Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
<p>III. Gratificação de Qualificação - GQ (Lei nº 12.778/12);</p> <p>IV. Gratificação de Atividades de Risco – GAR</p> <p>V. Indenização de Fronteira (incluir a área ambiental federal na Lei nº 12.855/13 que contempla as carreiras da DPF, PRF, RFB, MAPA e revogar o art. 2º da Lei nº 12.856/13 que trata do inaplicável adicional de campo da CEMA).</p> <p>Gratificação de Qualificação - GQ incidindo na remuneração do servidor (VB + GDAEM), na seguinte forma:</p> <p><b>Nível Superior</b></p> <p>a) GQ I: 10 (dez) por cento atribuídos para certificado de conclusão de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Curso de especialização ou uma 2ª graduação;</li> <li>- Curso de aperfeiçoamento de, no mínimo, 180 horas em instituições</li> </ul>			<p>NÍVEL INTERMEDIÁRIO EM RELAÇÃO À DE NÍVEL SUPERIOR E, DA MESMA FORMA, DE NÍVEL AUXILIAR EM RELAÇÃO À DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO DE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 85% para SIII;</li> <li>✓ 80% para SII;</li> <li>✓ 75% para SI; e</li> <li>✓ 70% para os demais.</li> </ul>



## Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023

Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
<p>credenciadas pelo MEC, podendo contar cursos de curta duração de 40h;</p> <p>Ficam validados os cursos ministrados ou contratados pelas instituições ambientais federais ou, por elas, autorizada a participação do servidor, até a data da regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96);</p> <p>b) GQ II: 15 (quinze) por cento atribuídos para certificado de conclusão de curso mestrado ou de, no mínimo, 3 cursos de pós-graduação lato sensu (especializações);</p> <p>c) GQ III: 20 (vinte) por cento atribuídos para certificado de conclusão de curso doutorado.</p> <p><b>Nível Intermediário</b></p> <p>a) GQ I: 10 (dez) por cento atribuídos para certificado de conclusão de cursos de capacitação ou qualificação profissional que totalizem 180 (cento e oitenta) horas;</p>			



## Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023

Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
<p>b) GQ II: 15 (quinze) por cento atribuídos para certificado de conclusão de cursos de capacitação ou qualificação profissional que totalizem 250 (duzentas e cinquenta) horas ou diploma de curso de graduação;</p> <p>c) GQ III: 20 (vinte) por cento atribuídos para certificado de conclusão de cursos pós-graduação lato ou strictu sensu (especialização, mestrado ou doutorado).</p> <p><b>Nível Auxiliar</b></p> <p>a) GQ I: 10 (dez) por cento atribuídos para certificado de conclusão de cursos acumulados, de no mínimo 40 horas cada, que totalizem 180 (centro e oitenta) horas;</p> <p>b) GQ II: 15 (quinze) por cento atribuídos para certificado de conclusão de cursos acumulados, de no mínimo 40 horas cada, que totalizem 250 (duzentos e cinquenta) horas ou diploma de ensino médio completo;</p> <p>c) GQ III: 20 (vinte) por cento atribuídos para diploma de ensino superior completo</p>			





## Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023

Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
<p><b>Gratificação de Atividades de Risco - GAR:</b> 20 pontos percentuais, incidentes sobre o Vencimento Básico do servidor, enquanto estiver no efetivo exercício de atividades de risco, no âmbito do IBAMA, do SFB e do Instituto Chico Mendes.</p> <p>Será incorporada aos proventos de aposentadoria do servidor, proporcionalmente ao tempo exercido na atividade, observando-se o limite mínimo de cinco anos.</p> <p>O Ministro de Estado do Meio Ambiente deverá editar atos e normas complementares, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.</p>	Mantém-se	Mantém-se	<p><b>NÃO SE APLICA À REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIO</b></p>
<p><b>Indenização de Fronteira:</b> incluir a área ambiental federal na Lei nº 12.855/13 que contempla as carreiras da DPF, PRF, RFB, MAPA e revogar o art. 2º da Lei nº 12.856/13 que trata do inaplicável adicional de campo da CEMA</p>	Mantém-se	Mantém-se	<p><b>FOI APROVADA NA ASSEMBLEIA A INDENIZAÇÃO DE FRONTEIRA, UMA VEZ QUE PODERÁ SER ADICIONADA AO SUBSÍDIO.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Inserir adicional para lotação no Bioma Amazônico, de acordo</li> </ul>



## Seminário sobre Atualização da Proposta de Reestruturação da Carreira e do PECMA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE 09/05/2023

Proposta reestruturação 2015	Proposta modernização 2017	Nota Técnica MMA 2018	Atualização 2023, conforme aprovado pela Assembleia de 09/05/2023
			com os Municípios contidos na Portaria MMA nº 96/2008, paralelamente à indenização de fronteira.
<b>AUTARQUIZAÇÃO DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO</b> Encaminhamento de Projeto de Lei ao Congresso Nacional que institua o Serviço Florestal Brasileiro como uma Autarquia vinculada ao MMA para que saia do limbo institucional que se encontra e possa ser fortalecido nas suas competências e atribuições.	Mantém-se	<b>Não está contemplado</b>	FOI APROVADA NA ASSEMBLEIA MANTER A PROPOSTA ATUAL DE AUTARQUIZAÇÃO DO SFB, NOS MESMOS MOLDES DO IBAMA E INSTITUTO CHICO MENDES. FOI APROVADA NA ASSEMBLEIA A INCLUSÃO DO SFB, EM EMENDA, À PEC Nº 13/2022.

Obs.: **PROPOSTA ATUAL** = **MANTÉM-SE A PROPOSTA APROVADA NO VIII CONGRESSO DA ASCEMA NACIONAL, DE 2017.**

RELATÓRIO FINAL DO CONSELHO FISCAL DA ASCEMA NACIONAL, GESTÃO 2021/2023

<b>Geral Ano 2021</b>												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Receitas					29.502,85	27.092,95	27.272,14	47.549,38	31.527,99	27.822,56	20.255,60	18.733,74
Despesas					55.348,08	5.030,53	40.978,25	22.311,74	24.633,23	22.279,48	24.687,07	30.910,01
<b>Saldo</b>					<b>25.845,23</b>	<b>22.062,42</b>	<b>13.706,11</b>	<b>25.237,64</b>	<b>6.894,76</b>	<b>5.543,08</b>	<b>4.431,47</b>	<b>12.176,27</b>
<b>Conta Investimentos Fundos</b>												
Saldo Anter.					154.568,13	128.826,34	<b>151.499,85</b>	138.061,69	163.680,44	171.014,47	177.108,06	172.980,96
Rendimentos					103,44	226,60	267,95	381,11	439,27	550,51	304,37	959,73
<b>Saldo Atual</b>					<b>128.826,34</b>	<b>147.499,87</b>	<b>138.061,69</b>	<b>163.680,44</b>	<b>171.014,47</b>	<b>177.108,06</b>	<b>172.980,96</b>	<b>161.764,42</b>
<b>Conta Poupança</b>												
Saldo Anter.					2.495,18	2.496,26	<b>2.499,63</b>	2.506,94	2.508,60	2.513,73	2.519,98	2.527,54
Rendimentos					1,08	2,01	7,31	1,66	5,13	6,25	7,56	15,07
<b>Saldo Atual</b>					<b>2.496,26</b>	<b>2.498,27</b>	<b>2.506,94</b>	<b>2.508,60</b>	<b>2.513,73</b>	<b>2.519,98</b>	<b>2.527,54</b>	<b>2.542,61</b>

<b>Geral Ano 2022</b>												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Receitas	20.467,32	17.912,55	22.716,35	20.014,78	25.324,00	23.914,69	22.011,96	19.949,08	31.521,97	24.946,96	19.417,40	34.869,84
Despesas	-----	23.619,12	36.185,43	26.709,45	30.172,18	30.387,63	30.274,71	26.283,26	26.833,27	28.800,94	24.354,26	38.489,74
<b>Saldo</b>	-----	<b>5.756,57</b>	<b>13.469,08</b>	<b>6.694,67</b>	<b>4.848,18</b>	<b>6.472,94</b>	<b>8.262,75</b>	<b>6.334,18</b>	<b>4.688,70</b>	<b>4.305,98</b>	<b>4.936,86</b>	<b>3.619,90</b>
<b>Conta Investimentos Fundos.</b>												
Saldo Anter.	161.764,42	147.152,01	142.210,23	129.645,87	123.633,73	105.971,46	99.203,80	96.734,68	88.541,74	89.365,40	85.485,45	82.921,92
Rendimentos	849,73	814,79	904,72	682,53	177,63	895,79	849,47	866,40	823,66	725,23	<b>179,95</b>	777,23
<b>Saldo Atual</b>	<b>147.152,01</b>	<b>142.210,23</b>	<b>129.645,87</b>	<b>123.633,73</b>	<b>105.971,46</b>	<b>99.203,80</b>	<b>96.734,68</b>	<b>88.541,74</b>	<b>89.365,40</b>	<b>85.485,45</b>	<b>82.921,92</b>	<b>80.808,68</b>





RELATÓRIO FINAL  
CONSELHO FISCAL-ASCEMA NACIONAL  
GESTÃO 2021/2023

**Relato da análise das pastas contábeis da Ascema Nacional, Gestão 2021/2023.**

Inicialmente, esclarecer que o membro titular, lotado no DF, Vitor Sarno, foi exonerado (motivo de demissão) no dia 25/02/2022, sendo substituído pela associada Danielle Dias Danaga da (Asibama/TO). E, pelo fato de outro membro, a associada Carla Lessa, ter assumido cargo comissionado e ficado impedida de assumir suas funções no Conselho. Inúmeras foram as dificuldades desse Conselho na Gestão. Desde a condição de que alguém assumisse o protagonismo, até as possibilidades de reunirem-se, seja na forma presencial ou remota. Mesmo assim, os membros restantes: Joelsio Luiz Barbosa dos Santos(Asibama/RS), Carla Lessa (Asibama-DF) e Danielle Danaga (Asibama/TO), de forma ágil, mas com todo o cuidado necessário, concluíram a análise.

Abrimos um espaço para agradecer a servidora aposentada Dezideria Maria Barbosa Nery, que colocou a disposição seu tempo e experiência a serviço da Comissão, para o êxito na conclusão dos trabalhos.

A análise financeira dos meses de maio/2021 até março de 2023, apresentou inconsistência no mês de setembro, com solução nos meses janeiro a março de 2023; e uma diferença nos saldos de conta poupança e conta-corrente nos meses de junho para julho de 2021 (valor de R\$ 3.999,98 – três mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos, em conta-corrente e R\$ 1,36 – um real e trinta e seis centavos em conta poupança) diferença que se manteve. Em que pese ser a favor da Ascema, merece ser levada ao Banco para registro e ajuste necessário.

Mantem-se a recomendação da necessidade de mais documentos para que fique como esclarecimentos/comprovações futuras, pois trata-se de pagamentos de consultoria em TI, Sistema de Intranet (alugueis e hospedagem); Plataforma da TV Ascema e outros, que foram efetuados com Cartão de Crédito Internacional, forma pela qual a Ascema Nacional não opera e para que não paire nenhum questionamento do CPF dos Diretores da Executiva.

Todos os recibos e Notas Fiscais de despesas estão disponíveis na Tesouraria da Ascema Nacional, são discriminadas mensalmente e arquivadas em Pastas, Diário/Razão.

Considerando o disposto no presente relatório e a documentação fiscal a disposição na Secretaria da Ascema Nacional, esse Conselho recomenda a aprovação das contas para a Gestão 2021/2023, que se encerra neste Congresso.

Joelsio Luiz Barbosa dos Santos  
Conselheiro(Asibama/RS)

Daniele Danaga  
Conselheira (Asibama/TO)

## XII Congresso da Ascema Nacional

Brasília, DF 17 a 19 de maio de 2023

Obs: a Ascema Nacional encaminhará às entidades filiadas a versão atualizada da proposta de modernização da CEMA e do PECMA, com base nas deliberações do XII Congresso. Ela também providenciará a atualização das tabelas salariais (NS, NI e NA), de acordo com as propostas aprovadas no XII Congresso, apresentará o resultado para o Conselho de Entidades e, na sequência, compartilhará as tabelas para as entidades filiadas, a fim de que divulguem para seus associados.

PROPOSTAS APROVADAS	
<b>PLANO DE LUTAS</b>	
<u>LUTAS GERAIS</u>	
1	Reforçar campanha da CONDSEF e sindicatos de base no plano de luta nacional dos trabalhadores do executivo
2	Melhoria dos planos de saúde para servidores ativos e aposentados (aumento da cota patronal/“ <i>per capita</i> ”)
3	Custeio de pensão integral quando houver morte ou invalidez permanente em decorrência de acidente de trabalho
4	Melhoria dos auxílios recebidos pelos servidores do executivo (alimentação, transporte etc), tendo como parâmetro aqueles percebidos pelos servidores do legislativo e judiciário
5	Aumentar o rol de doenças específicas que permitam isenção do IR para aposentados
6	Revogar a Emenda Constitucional 103 de 2019 (Reforma da Presidência)
7	Reposição salarial anual para os servidores públicos federais do executivo, de acordo com o Database
<u>LUTAS ESPECÍFICAS</u>	
8	Equiparação com a tabela salarial da carreira de especialista em recursos hídricos e saneamento básico/especialista em geoprocessamento da Agência Nacional de Águas (ANA), atualizada no momento da negociação, e mantendo o pleito a partir de 70% de remuneração entre Técnicos e Analistas e entre Auxiliar e Técnico, conforme consta no aviso ministerial.  Obs.: Observar que no item 2.28 do Aviso Ministerial contempla parametrização com infraestrutura
9	Transformar a Carreira de Especialista em Meio Ambiente em carreira típica de estado
10	Elaborar Plano de Ação para a aprovação da PEC 13
11	Ampliar e fortalecer a articulação com outras carreiras de atribuições semelhantes
12	Lutar pela reinstalação da mesa setorial
13	Realizar campanha de filiação às entidades filiadas

14	Realizar uma campanha de valorização das associações de base e da ASCEMA Nacional
15	Realizar seminário nacional para discussão sobre a carreira, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) trabalho temporário no serviço público federal (brigadista, Agente Temporários ambientais)</li> <li>b) função de guarda-parque</li> <li>c) função do auxiliar</li> <li>d) possibilidade de técnicos administrativo ser portariado como fiscal (considerar o histórico de construção da carreira, transformação dos cargos, e da fiscalização)</li> <li>e) alteração de alteração de nomenclatura dos cargos da Carreira</li> </ul>
16	Retomada das propostas históricas não atendidas nas mesas de negociação anteriores: 2015, 2017 Incluir propostas da reestruturação da carreira de 2017 que não estão contempladas no Aviso Ministerial 52 (ver quadro comparativo da Asibama DF)
17	Autarquização do Serviço Florestal Brasileiro, nos moldes do IBAMA e ICMBio
18	Reinserir o Programa Arboretum na Estrutura do MMA
19	Vencidas as etapas administrativas, entrar com Ação judicial e/ou representação ao MPF contra portariar funcionários extraquadro do ICMBio como fiscais e outras atividades desenvolvidas por extra carreira que sejam típicas da carreira.
<b>MESA SETORIAL</b>	
1	Concurso público urgente e periódico, mediante esforço para dimensionamento, de forma participativa, da força de trabalho necessária para cada órgão, contemplando os perfis de acordo com suas especificidades e revisando as portarias que atualmente dimensionam a força de trabalho nos órgãos
2	Critérios para <b>ocupação de cargos de chefia</b> (priorizando servidores efetivos da carreira, considerando as especificidades do cargo e da situação);
3	Destinar apenas a servidores efetivos da Carreira a ocupação de cargos comissionados iguais ou inferiores a DAS 4 (ou equivalente) Obs.: Na proposta de 2017 prevê a transformação de cargos inferiores ou iguais a DAS 4 em Função Comissionada Ambiental, o que seria devido apenas para servidores da carreira;
4	Regras para remoção com critério de escalonamento, valorizando e favorecendo o recrutamento para remoção temporária na Amazônia e outros locais com carência de servidores, com benefícios concretos (indenização de remoção, gratificações, FG ou redução de tempo de aposentadoria)
5	Estabelecer FCE, FGE e gratificações com valores mais altos para Amazônia e locais de difíceis lotações
6	Melhorar condições de trabalho em campo (atendimento em caso de acidentes, internet móvel, etc)
7	Prever e/ou regulamentar adicional de insalubridade, gratificação de risco (estabelecido como 20% do salário máximo do analista ambiental para qualquer cargo que esteja exercendo atividades para as quais faça jus), adicional de fronteira/interiorização e de periculosidade efetivos e menos burocráticos e isonômicos Obs.: Atualizar proposta de gratificação de risco presente no Aviso Ministerial 52 (item 2.26)
8	Custeio integral de acidentes de trabalho pela instituição
9	Retorno dos exames periódicos de saúde, previstos em lei, para os servidores

10	Instituir acolhimento e acompanhamento institucional e por médico do trabalho aos servidores com doenças acometidas por motivos laborais
11	Realizar um Seminário para discussão de proposta da estrutura dos Órgãos
12	Transformar a ACADEBio em um Centro de formação para todos os órgãos do MMA (ACADEMMA)
13	Estabelecer programa de educação corporativa para a carreira como um todo, observando as especificidades de cada órgão e de seus setores
14	Revisar critérios de concessão de GQ, tendo como justificativa para revisão a inserção de cursos no âmbito da educação corporativa serem considerados na gratificação da qualificação de analistas e a inserção de GQ para todos os cargos da carreira, conforme consta na proposta de 2017
15	Retomar a proposta da extensão da GQ aos servidores do cargo auxiliar e aos demais que já se aposentaram antes da instituição da GQ e já tinham alcançado os critérios no momento da aposentadoria; Obs.: Utilizar redação da proposta encaminhada em 2017 (extensão da GQ aos aposentados e instituidores de pensão, p. 16), acrescentando a previsão para o cargo de auxiliar
16	Lutar pela criação de uma política de gestão de pessoas para todos os órgãos da carreira, contemplando a discussão sobre: a) controle eletrônico de frequência dada a especificidade dos órgãos e as atividades dos cargos da carreira; b) PGD; c) Horas extras (limite, pecúnia, prazo de compensação, banco de horas) d) Consideração de período de deslocamento como período de trabalho
17	Instituir/garantir a implementação/efetivação do PGD no SFB, pois ainda não existe;
18	Aumento percentual na Classe Especial (S) nos cargos de técnicos: 85% para SIII; 80% para SII; 75% para SI; mantido 70% para os demais;
19	Inserir o Art. 9-A na Lei 10410/2002: Será definido em instrumento próprio, para cada grupo de unidades organizacionais com atividades de gestão semelhantes, as tarefas a serem executadas por Analistas, Técnicos e Auxiliares
20	Criar alternativas, conforme previsto na lei 10.410/2002, para previsão de formações específicas nos concursos, considerando demandas existentes por profissionais específicos nas instituições.
21	Extensão aos técnicos na previsão de possibilidade de acumulação com o cargo de professor
22	Previsão legal, na lei da Carreira, de porte de armas para servidores que atuam na fiscalização
23	Estabelecer o percentual mínimo de Função Comissionada Ambiental – FCA (exercício privativo para os servidores ativos da carreira e do PECMA) para as unidades descentralizadas (presente na proposta de 2015 e 2017)
24	Aumentar o quantitativo de funções comissionadas ambientais
25	Aprovar todas as propostas de 2017, que não sejam conflitantes com as propostas aprovadas neste Congresso.



<b>Moções submetidas e aprovadas no XII Congresso</b>	
1	<b>Apoio</b> a dois servidores do Órgão ambiental de Florianópolis (FLORAM), perseguidos e assediados
2	<b>Repúdio</b> a portariar extraquadro como agentes de fiscalização
3	<b>Solidariedade</b> aos servidores do CETAS/AM em relação à invasão do local de trabalho
4	<b>Apoio</b> aos servidores que analisaram o licenciamento da exploração de gás na bacia amazônica (complementar redação com a informação de sitio Ramsar e existência das UC)
5	Manifesta preocupação sobre o prazo de validade do concurso 2022, solicitando convocação imediata ou prorrogação do prazo do concurso
6	<b>Manutenção</b> da ANA e do CAR no âmbito do MMA
7	<b>Apoio</b> ao Programa Arboretum (SFB) no MMA
8	<b>Solicitação</b> de efetivação dos servidores que estão como interinos nas SUPES

## **XII Congresso da Ascema Nacional**

Brasília, DF 17 a 19 de maio de 2023

### **MOÇÕES SUBMETIDAS E APROVADAS**

#### **Apoio aos servidores do Órgão ambiental de Florianópolis (FLORAM), perseguidos e assediados**

Moção de apoio aos servidores Juliana e João Paulo da Associação de Servidores de Urbanismo e Meio Ambiente de Florianópolis – ASUMA

No dia 11 de maio de 2023 os servidores de carreira Juliana Puterio de Oliveira e João Paulo Rocha Netto, da Fundação Municipal do Meio Ambiente, órgão local de execução do SISNAMA, foram transferidos arbitrariamente para a Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura do Município de Florianópolis.

Os servidores relatam que já vinham sofrendo outras práticas que configuram indícios de assédio moral institucional, já em análise por autoridades competentes. Relatam também que participaram da elaboração recente de parecer técnico apontando irregularidades e inconsistências no Projeto de Lei da Revisão do Plano Diretor da cidade. O Parecer Técnico nº 840/2022 DILIC-Floram, assinado por quatorze técnicos(as) da fundação, foi desconsiderado pela Câmara Municipal de Florianópolis, tendo sido a lei aprovada inclusive com apontamentos de retrocessos ambientais também por parecer do IBAMA e ignorando solicitação do ICMBio e dos próprios técnicos da Floram para ampliação no tempo de análise.

A retirada dos biólogos do órgão se deu sem nenhuma comunicação prévia, sem sua anuência e sem justificativa plausível, havendo indícios inclusive de desvio de função. Ao se apresentarem na Secretaria de Turismo, ninguém soube informá-los de suas novas funções, não havendo também estrutura física de trabalho preparada para recebê-los, situação que já perdura há sete dias.

Agrava a situação o fato de que ambos os servidores são representantes sindicais no conselho deliberativo do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis – SINTRASEM -, que no mês atual está em campanha de Data-base e em negociações com a gestão municipal em prol das pautas trabalhistas e financeiras da categoria dos municipais. Ou seja, denota-se também a prática de coerção à liberdade de atuação sindical, por parte da gestão municipal de Florianópolis.

Vale ressaltar que a pauta da Floram na Data-base inclui a reivindicação pelo fim de desvios de funções, o que já havia sido discutido e anuído, em mesa de negociação, por parte do executivo. Inclui também a realização de concurso público para o preenchimento de seu quadro de pessoal próprio, previsto em lei, atualmente 82% vago. O déficit de servidores efetivos se faz presente em todos os setores da Floram, e a não realização de concurso público faz parte de mecanismo de precarização do órgão, em curso já há muitos anos.

Outra reivindicação da Data-Base é a de que somente servidores efetivos executem atividades de cunho permanente e essenciais da fundação (como emissão de pareceres técnicos), não devendo mais ser executadas por profissionais terceirizados ou comissionados, inclusive sem habilitação específica.

Os servidores estão buscando questionar o processo de transferência por meio do Sindicato que representa o municípios - Sintrasm.

Pelo exposto, os delegados ao XII Congresso Ordinário dos servidores da Carreira de Especialistas de Meio Ambiente e PECMA aderem à manifestação de integral apoio e solidariedade ao trabalho executado pelos funcionários de carreira da Floram, por sua liberdade de atuação sindical, e entende ser necessário seu retorno imediato ao desempenho das funções técnicas para as quais são concursados, em seu órgão e departamentos originários.

### **Repúdio a portaria extraquadro como agentes de fiscalização**

Os servidores e servidoras ambientais federais, reunidos no 12o Congresso da Ascema Nacional, em maio de 2023, aprovam moção de repúdio ao fato da administração do ICMBio portaria como fiscais os funcionários não efetivos da Carreira pública, ocupantes passageiros de cargos comissionados. Terceirizar um poder de polícia tão sensível e especializado é inadmissível, uma afronta ao serviço público, à nossa Carreira e aos concursos, e, conseqüentemente, à sociedade como um todo.

### **Solidariedade aos servidores do CETAS/AM em relação à invasão do local de trabalho**

Os servidores federais da carreira de especialista em meio ambiente (CEMA/PECMA) participantes do XII Congresso da Ascema Nacional, em Brasília/DF, manifestam solidariedade e apoio aos colegas servidores do estado do Amazonas, que realizam seu trabalho de forma extremamente profissional no Centro de Reabilitação de Animais Silvestres do IBAMA/Manaus e foram desacatados e coagidos no dia 30 de abril de 2023, por um grupo de pessoas que invadiram seu ambiente de trabalho, que, com objetivo de reverter uma constatação de crime ambiental, tentaram voltar a atenção pública de forma negativa para os servidores, ferindo sua dignidade.

### **Apoio aos servidores que analisaram o licenciamento da exploração de gás na bacia amazônica**

Os servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e do Serviço Florestal Brasileiro – SFB, reunidos no XII Congresso Ordinário da Ascema Nacional como Delegados eleitos em suas bases, manifestam total apoio e reconhecimento aos servidores do licenciamento ambiental do Ibama pela análise técnica criteriosa realizada no processo de licenciamento ambiental da atividade de perfuração exploratória no bloco FZA-M-59, localizado na Bacia da Foz do Amazonas.

Como tornado público no último dia 17, o Presidente do Instituto, Rodrigo Agostinho, acompanhou o entendimento da equipe técnica e indeferiu a licença ambiental pleiteada

pela Petrobras, decisão que indica comprometimento com a defesa do meio ambiente e reconhecimento do trabalho realizado pelos servidores.

Endossamos, ainda, a necessidade de realização de Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS na região, que é caracterizada por elevada sensibilidade e diversidade socioambiental e se configura como potencial nova fronteira de exploração petrolífera. Tal avaliação deve preceder e subsidiar eventual decisão do Estado brasileiro acerca da implementação da cadeia da indústria de petróleo e gás na região, que resultará em inevitáveis impactos ambientais e sociais em significativa área preservada de Floresta Amazônica, incluindo seus sistemas fluviais, manguezais e mar territorial.

Entendemos que empreendimentos relacionados à produção e uso de combustíveis fósseis não são compatíveis com as características e vocações da região, que apresentam enorme potencial para o desenvolvimento de atividades baseadas na bioeconomia, agroecologia, extração e produção sustentável de produtos da socio biodiversidade, dentre outros que fortaleçam os modos de vida das populações locais e garantam a preservação do bioma amazônico, no qual se encontram diversas Unidades de Conservação, além da maior área úmida do país designada como de importância internacional sob a Convenção de Ramsar.

Lembramos que o atual governo, em sua plataforma de campanha, reiteradamente afirmou seu comprometimento com o meio ambiente e a preservação dos biomas nacionais, especialmente a Floresta Amazônica, promessa essa repetida à comunidade internacional, que hoje enxerga a Amazônia preservada como fundamental para o combate às mudanças climáticas e para a manutenção das condições de vida no planeta.

Portanto, exortamos os representantes do Estado brasileiro e toda a sociedade a se engajar na luta dos servidores da área ambiental e reafirmamos o nosso compromisso com a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, e nosso dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

### **Moção de apoio pela convocação imediata do cadastro de reserva do atual concurso do Instituto Chico Mendes (ICMBio)**

Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima,

A Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (CEMA) e do Plano Especial de Cargos do MMA e do IBAMA (PECMA) - ASCEMA Nacional, vem, por meio desta, manifestar preocupação com a proximidade do término da vigência do concurso público para o Instituto Chico Mendes, estabelecido para o dia 6 de junho de 2023, pois poderá resultar na perda de valiosa oportunidade de aproveitamento dos candidatos aprovados no cadastro de reserva.

O cadastro de reserva conta com considerável número de candidatos aptos para o desempenho de suas funções junto ao Instituto Chico Mendes, sendo composto por 103 Analistas Ambientais e 77 Técnicos Ambientais. Aproveitar esses profissionais representa a forma mais imediata de o ICMBio reduzir o crítico déficit de servidores no Órgão e,

especialmente, na Amazônia Legal, região que tem enfrentado enormes desafios nos últimos anos.

Assim, a ASCEMA Nacional manifesta o seu total apoio ao pleito da Comissão dos Aprovados no ICMBio 2022, isto é, a convocação imediata dos candidatos aprovados do atual concurso e ainda não convocados.

Na impossibilidade de realizar a nomeação desses candidatos antes do término do prazo legal da vigência do concurso público, solicita-se que este seja prorrogado até junho de 2024, a fim de possibilitar o aproveitamento dos 181 candidatos aprovados.

Confiamos que a presente Moção será recebida com a devida atenção e consideração por parte do MMA, de forma a garantir o fortalecimento do ICMBio com a urgência que o caso requer, bem como a valorização do quadro de servidores do Instituto.

### **Moção de apoio pela convocação imediata do cadastro de reserva do atual concurso do IBAMA**

A Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (CEMA) e do Plano Especial de Cargos do MMA e do IBAMA (PECMA) - ASCEMA Nacional, vem, por meio desta, manifestar solidariedade com a luta da Comissão de Aprovados do Concurso do Ibama, considerando a urgência por recomposição da força de trabalho do órgão.

O cadastro de reserva do atual concurso em vigência conta com considerável número de candidatos aptos para o desempenho de suas funções junto ao Ibama. Aproveitar esses profissionais representa a forma mais imediata de o Ibama reduzir o crítico déficit de servidores no Órgão e, especialmente, na Amazônia Legal, região que tem enfrentado enormes desafios nos últimos anos.

Assim, a ASCEMA Nacional manifesta o seu total apoio ao pleito da Comissão dos Aprovados no Ibama 2022, isto é, a convocação imediata dos 257 candidatos aprovados do atual concurso e ainda não convocados (100 analistas ambientais, 24 analistas administrativos e 133 técnicos ambientais).

Confiamos que a presente Moção será recebida com a devida atenção e consideração por parte do MMA, de forma a garantir o fortalecimento do Ibama com a urgência que o caso requer, bem como a valorização do quadro de servidores do Instituto.

### **Manutenção da ANA e do CAR no âmbito do MMA**

Pacote de destruição ambiental segue no horizonte: A quem interessa a persistência da política de desmantelamento do MMA?

Os servidores resistiram e assistiram de um camarote desconfortável e espinhoso o projeto de desmantelamento do Ministério do Meio Ambiente e do SISNAMA e, conseqüentemente,

do meio ambiente brasileiro, e parece que continuam a assistir investidas para fortalecer o desmonte iniciado em 2019 e, esperamos, enterrado em 2022. O sopro de suavização da resistência com a nova gestão que ocupa o Palácio do Planalto, visto que hoje há um diálogo democrático e os servidores não são marcados como inimigos, foi a publicação da Medida Provisória (MPV) 1154/2023, que reestabeleceu e reforçou competências do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, saqueadas no último desgoverno.

A proposta, que estabelece uma nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, está na comissão mista e deve perder validade no dia 01 de junho. O relator apresentou parecer no dia 23 de maio que esvazia novamente o MMA transferindo competências para outros órgãos, que por sua vez, nem se aproximam de suas finalidades originais. Mais uma vez, as agendas de meio ambiente, desenvolvimento sustentável, povos originários, mudanças climáticas e fiscalização são redirecionadas para o projeto de destruição no relatório apresentado pelo deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB/AL) na referida medida provisória. Fato totalmente atípico, depois de quase 6 meses aparecer um relatório no legislativo que altera substancialmente as orientações de um governo democraticamente eleito mudando a lógica de funcionamento do executivo!

Alguns dos pontos do relatório do deputado que preocupam a ASCEMA Nacional podem ser destacados, são eles: a saída da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) do MMA para o Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR), rompendo a integridade da gestão das águas, além da retirada da gestão de Resíduos Sólidos, do Saneamento e da gestão dos Recursos Hídricos para o Ministério das Cidades. É necessário questionar a quem interessa esvaziar o MMA, quebrar políticas em meio a um cenário de mudanças climáticas e retirar um compromisso com o meio ambiente equilibrado dessas áreas.

E a proposta de debilitar a gestão ambiental ainda se torna mais absurda ao retirar a gestão do Cadastro Ambiental Rural (CAR) do MMA e tornar competência do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que por sua vez, não possui capacidade e conhecimento técnico específico para tal. E a única similaridade está no uso do termo "gestão". Parece que o intuito é deixar fora do lugar onde o CAR poderia cumprir seu papel de controle ambiental e evitar desmatamento!

O fortalecimento do MMA, e do SISNAMA como um todo, não deve ser uma moeda de troca, é um compromisso do país com o meio ambiente equilibrado, com as mudanças climáticas, com a produção de alimentos para o mundo, com a política de que o crime não compensa, com as próximas gerações. Ao esvaziar o MMA, o Congresso Nacional acena para o desmantelamento e é conivente com os altos níveis de queimadas e desmatamento, com a perda de biodiversidade, com as mortes humanas e animais por contaminação, com a criminalidade que assola a região amazônica.

Além dos parlamentares, o Palácio do Planalto também precisa se posicionar e defender a estrutura que foi desenhada com a escuta das diferentes parcelas da sociedade e setores produtivos ainda no governo de transição. O Executivo e o Legislativo precisam acenar para o futuro e contrariar o caminho de arrasamento que trilhamos. A gestão de políticas ambientais precisa ficar nos órgãos que reúnem técnicos e um corpo de servidores preparados para tal.

Diante disso, a ASCEMA Nacional pede a rejeição das alterações propostas pelo relator da medida provisória e o compromisso do Executivo em defender a estrutura inicial da MPV, mantendo a integridade das agendas socioambientais. O meio ambiente não pode ser mais um assunto rifado no balcão de negociações entre Executivo e Legislativo. O esvaziamento do MMA significa legitimar e dá continuidade à boiada do extermínio. O Congresso Nacional não pode validar e ser o operacionalizador da política de destruição e desmantelamento. O crime ambiental e a irresponsabilidade com as futuras gerações não pode prosperar. O Brasil possui um compromisso com o mundo, com o futuro e com a democracia e esperamos que os parlamentares brasileiros, em sua maioria, sejam comprometidos com o povo brasileiro.

### **Apoio ao Programa Arboretum (SFB) no MMA**

Os servidores e servidoras ambientais federais, reunidos no 12o Congresso da Ascema Nacional, em maio de 2023, aprovam moção de apoio e reconhecimento da importância do Centro Arboretum do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), que tem trazido aprendizados importantes para o Brasil na estratégia de restauração e uso sustentável de espécies florestais, fundamentais em tempo de emergência climática.

Ao fato que a administração do SFB ainda não deixou evidente como essa estratégia dos Centros de Desenvolvimento Florestal Sustentável se encontra na nova gestão, reforçamos que a retomada da estratégia do Programa Arboretum e o fortalecimento do Laboratório de Produtos Florestal são simbólicos no retorno do SFB ao sistema MMA.

### **Solicitação de efetivação dos servidores que estão como interinos nas SUPES**

A Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (CEMA) e do Plano Especial de Cargos do MMA e do IBAMA (PECMA) - ASCEMA Nacional, vem, por meio desta moção, endereçada de maneira especial aos Ministros do Meio Ambiente e de Mudança do Clima, da Casa Civil da Presidência da República e das Relações Institucionais, reivindicar e destacar a importância da nomeação dos servidores que, desde o dia 16 de janeiro de 2023, ocupam os cargos de Superintendentes Substitutos das Superintendências do Ibama nos Estados.

Primeiramente, importa destacar que os servidores públicos que hoje ocupam tais cargos de forma interina foram criteriosamente selecionados pela equipe de transição de governo devido à vasta experiência que já possuíam em gestão, planejamento e proteção ambiental. Mas, sobretudo, foram selecionados pela sua capacidade de liderar e unir o Ibama, servidores e colaboradores, em torno do imenso desafio de reconstruir a instituição e, ao mesmo tempo, aumentar seu poder de resposta às demandas da sociedade, especialmente quanto ao desmatamento. Essa escolha criteriosa foi realizada com base em seus conhecimentos técnicos, habilidades e competências, e os resultados alcançados até o momento atestam o acerto dessa decisão.

Em conjunto com todos os servidores e com o total apoio deles, as autuações contra irregularidades ambientais na Amazônia relacionadas à flora aumentaram em 198% nos primeiros quatro meses de 2023, em comparação com a média do período dos últimos quatro anos (2019 a 2022). Além disso, o número de embargos registrou um aumento de 130%. Apenas nos primeiros quatro meses de 2023, foram lavrados 5243 Autos de Infrações em todo o país, quase o dobro da média dos últimos três anos. Vale ressaltar que tais resultados foram alcançados mesmo diante das limitações institucionais, incluindo a falta de recursos humanos, materiais e financeiros necessários para um pleno fortalecimento da instituição.

É incontestável que estes resultados positivos só foram possíveis graças ao esforço, dedicação e capacidade de liderança desses servidores que ocupam estes cargos, ainda que de forma precária. Eles têm desempenhado um papel crucial na reestruturação das unidades nos Estados e, caso haja uma descontinuidade neste trabalho, todos os importantes avanços e resultados obtidos até agora poderão ser comprometidos.

Importante ainda destacar que o atual governo foi eleito com a narrativa de reconstrução das políticas públicas voltadas ao meio ambiente e fortalecimento das instituições ambientais e, para o cumprimento desta promessa de campanha, espera-se minimamente que os cargos de gestão do Ibama nos estados sejam ocupados por pessoas que, comprovadamente, possuem experiência e competência para entregar os resultados que a sociedade espera.

Portanto, a ASCEMA Nacional e seus associados reivindicam a nomeação dos servidores que atualmente ocupam os cargos de Superintendentes Substitutos como titulares das Superintendências do Ibama nos Estados. Essa medida garantirá a continuidade do trabalho de excelência já desempenhado, fortalecerá o órgão e contribuirá para a assegurando a autonomia e independência das ações de fiscalização e proteção ambiental do Ibama.